

Universidade do Minho
Escola de Economia e Gestão

Ana Paula Pinto Carneiro

**Participação Eleitoral nas Eleições
Legislativas e Autárquicas no Concelho
de Baião entre 1976 e 2009**



Universidade do Minho

Escola de Economia e Gestão

Ana Paula Pinto Carneiro

**Participação Eleitoral nas Eleições
Legislativas e Autárquicas no Concelho
de Baião entre 1976 e 2009**

Dissertação de Mestrado
Mestrado em Administração Pública

Trabalho realizado sob a orientação da
Professora Doutora Sílvia Camões

**É AUTORIZADA A REPRODUÇÃO INTEGRAL DESTA DISSERTAÇÃO
APENAS PARA EFEITOS DE INVESTIGAÇÃO, MEDIANTE DECLARAÇÃO
ESCRITA DO INTERESSADO, QUE A TAL SE COMPROMETE;**

Universidade do Minho, ____/____/____

Assinatura: _____

Agradecimentos

Os meus agradecimentos vão em primeiro lugar para a Professora Doutora Sílvia Camões, por ter aceite a orientação deste trabalho e uma palavra de apreço muito especial, pela sua disponibilidade, comentários, sugestões e estímulo, bem como, pelo apoio e dedicação com que me acompanhou neste percurso.

Agradeço também, ao Município de Baião, na pessoa do seu Presidente, Dr. José Luís Carneiro pelo apoio e incentivo, e aos trabalhadores da Autarquia que se disponibilizaram, de forma hábil e voluntária, para me facilitar dados importantes para a parte empírica deste trabalho.

Um agradecimento à minha família, particularmente à minha sobrinha, Ana Paula, que considero uma força da natureza, pois apesar do mau momento de saúde que atravessou durante este ano, sempre me incentivou para não desistir, obrigada pela sua ajuda e persistência.

E claro que aquele agradecimento muito especial é dirigido às minhas filhas, Joana e Mariana e ao meu marido, António, pelo seu amor, compreensão e alento moral que nunca deixaram de me dar no decurso deste trabalho, principalmente nos momentos mais difíceis e que em muito facilitaram esta caminhada.

Por último, agradeço a todos aqueles que com a sua paciência, carinho e amizade me apoiaram ao longo deste percurso.

A todos, o meu muito Obrigada!

Dedicatória

*Com Amor às minhas filhas, Joana e Mariana
e ao António, meu marido.*

Resumo

Os baixos níveis de participação eleitoral e consequentemente o aumento da abstenção nas diferentes eleições são temas que têm suscitado interesse de estudo dos académicos da ciência política, bem como dos profissionais da área e governantes. Apesar dos vários estudos já realizados, continua a ser difícil responder à questão de quais os fatores que determinam o voto ou ausência deste. Por esta razão, o estudo da participação política continua a representar um desafio relevante. O objetivo deste estudo visa perceber as diferenças de comportamento dos eleitores nas eleições legislativas e autárquicas, bem as razões que os levam a tal comportamento, tomando como exemplo o caso do concelho de Baião.

Para tentar compreender o comportamento eleitoral é necessário atender a uma realidade multidimensional. A literatura analisada sobre o tema oferece possíveis explicações para a participação eleitoral, fatores como a identificação/simpatia por um partido político, pertença a grupos associativos, idade e grau de escolaridade, o rendimento familiar dos eleitores e, ainda, o grau de importância atribuída a cada um dos atos eleitorais e o nível de confiança nas instituições.

Os resultados obtidos indicam que o tipo de ato eleitoral (sendo que as eleições autárquicas são mais participadas), a simpatia por algum partido, a pertença a algum grupo associativo, as habilitações literárias mais elevadas e o maior rendimento mensal são efetivamente fatores que influenciam positivamente a participação eleitoral no Concelho de Baião.

Foram ainda encontradas algumas correlações entre os níveis de participação ou de intenção de participação em eleições e a confiança em Instituições do Estado, muito embora algumas destas se revelem negativas e não coerentes ao longo dos vários atos eleitorais.

Palavras-chave: abstenção eleitoral; participação política; determinantes da participação eleitoral.

Abstract

Low levels of electoral participation and consequently the increase of abstention in the different elections are themes that have sparked interest from scholars ' study of political science, as well as the professionals and rulers. Despite numerous empirical studies already carried out, the question pertaining to determinants of electoral behavior continues to be difficult to answer. For this reason, the study of political participation remains an important challenge. The aim of this study is to try to begin to understand the differences involving behavior in the parliamentary elections and in the local elections as well the reasons that lead to such behavior, using the case of the municipality of Baião.

In order to better understand voter behavior, it is necessary to consider a multidimensional reality. The literature review on the topic offers possible explanations for voter participation residing in factors such as party identification/sympathy, membership of associative groups, age, educational level, family income of the voters and the degree of importance attached to each of the electoral acts and the level of trust in the institutions.

The results indicate that the type of electoral act (being that the local elections are more subsidiaries) , sympathy for a party , association with a membership group , the highest qualifications and the highest monthly income are actually factors that positively influence turnout in Baião Municipality .

Were still found some correlations between the levels of participation or intention to participate in elections and confidence in State institutions , although some of these may prove to be negative and not consistent over the various electoral acts .

Keywords: electoral abstention; political participation; determinants of electoral participation.

Índice Geral

Resumo.....	v
Abstract.....	vi
Índice das Figuras.....	ix
Índice das Tabelas.....	x
Índice dos Gráficos	xi
Lista de Abreviaturas	xii
INTRODUÇÃO	14
PARTE I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO	16
1- Contextualização	16
2. Revisão da Literatura	18
2.1. Formas de participação política e a importância do voto	18
2.2. Modelos de Comportamento Eleitoral.....	23
2.2.1. Modelo Sociológico.....	24
2.2.2. Modelo Psicológico.....	26
2.2.3. Modelo Económico ou Racional	28
2.2.3. Pontos em Comum entre os Modelos.....	31
2.3. Fatores Determinantes da Participação/Abstenção Eleitoral.....	31
2.3.1. Variáveis Individuais	32
2.3.2. Variáveis Sistémicas.....	38
2.4. Diferença de participação entre níveis de governo	40
3. Contextualização do Estudo	41
3.1. Participação Eleitoral em Portugal	41
3.2. Análise Comparativa da Evolução da Abstenção Eleitoral nas Eleições Legislativas e Autárquicas, ao nível do País, Distrito e Concelho	44
3.3. Síntese conclusiva da evolução da participação em Portugal.....	47
3.4. Contexto eleitoral em 2009	48
4. Breve caracterização do Concelho de Baião	50
PARTE II – ENQUADRAMENTO EMPÍRICO.....	53
1. Design da investigação	53
1.1 Desenvolvimento das hipóteses de trabalho.....	53
1.2. As variáveis de estudo	58

1.3. O método de investigação	60
2. Resultados e Análise	62
2.1 Caracterização da amostra	62
2.2 Resultados.....	67
2.3 Análise comparativa da participação em atos eleitorais e da importância a eles atribuída	75
2.4 Análise de regressão linear múltipla	77
2.5 Análise das diferenças das taxas de abstenção em função dos valores de algumas variáveis independentes.....	82
2.5.1 Abstenção nas Eleições Legislativas e Autárquicas de 2009.....	82
2.5.2 Intenção de abstenção em hipotéticas Eleições Legislativas Antecipadas próximas Eleições Autárquicas	84
3. Verificação das hipóteses	86
4. Conclusões	87
Bibliografia	90
Anexos	95
Anexo I	96

Índice das Figuras

Figura nº 1: Modelo de Análise da Participação Eleitoral no Concelho de Baião	60
Figura nº 2: Caraterização da Amostra – Distribuição por género	62
Figura nº 3: Caraterização da Amostra – Distribuição por idade	63
Figura nº 4: Caraterização da Amostra – Distribuição por estado civil	63
Figura nº 5: Caraterização da Amostra – Distribuição por escolaridade	64
Figura nº 6: Caraterização da Amostra – Distribuição por situação profissional	64
Figura nº 7: Caraterização da Amostra – Distribuição por rendimento mensal	65
Figura nº 8: Caraterização da Amostra – Distribuição por crença religiosa	65
Figura nº 9: Caraterização da Amostra – Distribuição por prática religiosa	66
Figura nº 10: Caraterização da Amostra – Distribuição por pertença a grupo associativo	66
Figura nº 11 Caraterização da Amostra – Distribuição por pertença a tipos de grupos associativos	67

Índice das Tabelas

Tabela 1: Taxa de abstenção eleitoral das eleições Legislativas e Autárquicas entre 1976 a 2009	43
Tabela nº 2: Taxa de Abstenção Eleitoral - Eleições Legislativas e Autárquicas de 2009	49
Tabela nº 3: Média da Taxa de Abstenção Eleitoral entre 1976-2009 (País, Distrito e Concelho)	58
Tabela nº 4: Resumo dos resultados de participação/abstenção eleitoral	68
Tabela nº 5: Participação nas eleições legislativas e autárquicas de 2009	76
Tabela nº 6: Intenção de participação em possíveis futuros atos eleitorais	76
Tabela nº 7: Resultados da aplicação do teste t de Student	77
Tabela nº 8: Modelo de Regressão linear múltipla – Participação nas eleições legislativas de 2009	78
Tabela nº 9: Modelo de Regressão linear múltipla – Participação nas eleições autárquicas de 2009	79
Tabela nº 10: Resumo dos resultados da aplicação do modelo de regressão linear múltipla para intenção em hipotéticas eleições legislativas	80
Tabela nº 11: resumo dos resultados da aplicação do modelo de regressão linear para intenção nas próximas eleições autárquicas	81
Tabela nº 12: Intervalos de Confiança a 95% para a taxa de abstenção nas eleições legislativas e autárquicas de 2009	83
Tabela nº 13: Intervalos de Confiança a 95% para a taxa de abstenção em hipotéticas eleições legislativas e próximas autárquicas	85

Índice dos Gráficos

Gráfico nº 1: Síntese Comparativa – Eleições Legislativas (País, Distrito, Concelho)	45
Gráfico nº 2: Síntese Comparativa da Abstenção – Eleições Autárquicas (País, Distrito, Concelho)	47

Lista de Abreviaturas

ANMP – Associação Nacional dos Municípios Portugueses

CNE – Comissão Nacional de Eleições

CRP – Constituição da Republica Portuguesa

DGAI – Direção Geral da Administração Interna

DGAL – Direção Geral das Autarquias Locais

INE – Instituto Nacional de Estatística

PAM – Posto de Atendimento ao Munícipe

***“O eleitor só decide em função do menu que lhe é
apresentado”***

(Maria D’Alva Gil Kinzo)

INTRODUÇÃO

De acordo com a teoria da democracia deve ser o cidadão a avaliar as organizações públicas e o governo. O elevado nível de abstenção nos diferentes atos eleitorais, nomeadamente para o governo central e local é um indicador claro da falta de interesse e empenhamento político dos cidadãos portugueses, pois o ato de votar ainda continua a ser para a maioria dos cidadãos a única forma de participação política.

O estudo da participação política torna-se um processo complexo porque depende de múltiplos fatores. Nem todos os cidadãos têm a mesma propensão para participar na vida política e exercer o direito de soberania. Ao longo dos anos vários estudos foram desenvolvidos com o objetivo de determinar as razões que explicam as variações de participação dos cidadãos nos diferentes atos eleitorais. Contudo, estes estudos têm encontrado algumas dificuldades em determinar as verdadeiras causas que tornam uns cidadãos politicamente mais responsáveis e ativos do que outros.

Segundo Lijphart (1997), a abstenção é um fenómeno relevante, na medida em que representa uma forma funcional de desigualdade política, conduzindo a importantes consequências para quem é eleito e para o conteúdo das políticas públicas.

A literatura existente sobre as diversas democracias que foram estudadas, refere que existe uma maior participação nas eleições de primeira ordem, as legislativas, consideradas como mais importantes, do que nas de segunda ordem, consideradas eleições menos importantes, as autárquicas e as presidenciais, por estar em causa a formação do governo. Em Portugal, o historial da participação eleitoral versus abstenção é similar. Pela análise dos dados a nível nacional podemos constatar que os portugueses também votam mais e abstêm-se menos nas eleições legislativas do que nas autárquicas. Face ao exposto, e sendo o concelho de Baião, o estudo de caso desta investigação, é possível dizer que os cidadãos de Baião participam mais nas eleições autárquicas do que nas eleições legislativas. O nosso objetivo, será perceber as diferenças de comportamento dos eleitores de Baião nos dois atos eleitorais, bem como as razões que os levam a tal comportamento. Para isso, formulamos a seguinte pergunta de investigação: Quais os determinantes da participação eleitoral no concelho de Baião? Este estudo faz uma análise comparativa da participação versus abstenção nas eleições legislativas e autárquicas no período democrático compreendido entre 1976 e 2009 no concelho de Baião. Esta análise é complementada pela aplicação de um inquérito por questionário aos eleitores deste

concelho, tendo como referência as eleições realizadas no ano de 2009 e a intenção em participar ou não em hipotéticas eleições legislativas antecipadas e nas próximas autárquicas.

Assim, a primeira parte deste trabalho é composta pelo enquadramento teórico, o qual inclui a contextualização do tema em estudo, seguida da respetiva revisão da literatura sobre as diferentes formas de participação eleitoral, os modelos de comportamento eleitoral, a importância do voto e as abordagens teóricas do ato de votar. A segunda parte consta do estudo empírico, que compreende o desenvolvimento das hipóteses de trabalho, o *design* de investigação, o modelo onde são abordadas as variáveis (dependentes e independentes) e a apresentação dos resultados. Esta segunda parte termina com a análise dos resultados, a qual servirá de base à conclusão do presente estudo.

PARTE I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1- Contextualização

De acordo com a Constituição da República Portuguesa (CRP) o conceito de participação eleitoral consiste no exercício do poder político através da utilização do direito de voto, na designação dos titulares dos órgãos coletivos de soberania, das regiões autónomas e do poder local (CRP artigos 10º e 116º). Enquanto que a abstenção é entendida como a totalidade de eleitores inscritos no recenseamento eleitoral que, num determinado ato eleitoral não tenham exercido o seu direito de voto no sufrágio, a qual em termos operacionais corresponde à diferença entre o número de eleitores inscritos e o de votantes (CRP artigo 42º). Embora a abstenção possa ser aplicável a qualquer forma de passividade política, designa correntemente a não participação em eleições e é nesta aceção da palavra que o conceito é considerado neste estudo, restringindo-se assim ao âmbito eleitoral.

André Freire (2000) define o conceito de participação eleitoral como o conjunto dos indivíduos que dispo de capacidade eleitoral ativa, exerceram o seu direito de voto na escolha dos representantes políticos numa determinada eleição. Nas democracias o exercício de atividade política não se limita apenas aos cidadãos que se defrontam na arena política, pois todos os cidadãos são induzidos a participar na vida política do seu país. Contudo, e apesar das diferentes formas de participação política para a maioria dos cidadãos, e os portugueses não são exceção, o ato de votar ainda continua a ser a única forma de participação política como forma de condicionar o curso das políticas públicas, bem como forma de controlar e influenciar as decisões dos governantes, no sentido de verem satisfeitos os seus desejos e necessidades.

André Freire e Pedro Magalhães (2002) no seu livro – A Abstenção Eleitoral em Portugal, definem o conceito de abstenção política como sendo uma abstenção protagonizada por indivíduos com razoáveis níveis de recursos materiais e educacionais e com razoável nível de integração social, os quais assumem a abstenção como uma opção estratégica e forma de mostrar o seu descontentamento com o funcionamento do sistema político e/ou com o partido da sua simpatia.

De acordo com José Manuel Viegas (2004) as atuais democracias debatem-se com desafios ao nível da desafetação política pautados por um distanciamento face ao

poder político. Por isso, a participação política é um tema que tem suscitado particular interesse quer ao nível dos investigadores do comportamento eleitoral, quer dos próprios governantes, sendo que, a sua preocupação advém do inflexível decréscimo da participação eleitoral. Os países da Europa Ocidental que realizaram eleições de forma contínua a partir dos anos pós-guerra, apresentavam uma média da abstenção de 19%, entre os anos de 1945 e 1949. Porém, a partir dos anos 70, esse valor aumentou significativamente e não mais parou de crescer, ascendendo aos 23%. Mas nas democracias mais recentes as taxas de abstenção são ainda superiores, como é o exemplo de eleições legislativas realizadas em 1995 na Europa de Leste, em que a média da taxa de abstenção foi de 27%. O cenário em Portugal não é melhor, se não ainda mais preocupante, pois, nas primeiras eleições legislativas realizadas em 1975 após a revolução de 25 de Abril de 1974, registou-se uma taxa de abstenção de 8,34%, tendo a mesma disparado para aproximadamente o dobro, 16,06% em 1980, e, como aconteceu na Europa Ocidental, nunca mais parou de crescer. Pior ainda é o que verifica em relação às eleições autárquicas, que nos atos eleitorais realizados em Portugal entre 1976 e 2009, a taxa média da abstenção é de 32,70%. Este aumento da abstenção não diminui nem mesmo no ano de 1999, aquando da limpeza efetuada aos cadernos eleitorais por força de nova legislação sobre o Recenseamento Eleitoral (Lei nº 13/99, de 22 de Março), em que apesar disso, nas eleições autárquicas a abstenção quase se manteve, 39,90% em 1997, 39,88% em 2001 e 39,06% em 2005. Tendo nesta altura, a percentagem da abstenção sido superior à votação do partido vencedor naquele ato eleitoral (Magalhães 2001).

E, se olharmos para o cenário atual, verificamos que a abstenção continua a crescer conforme se pode constatar através dos resultados obtidos nas eleições legislativas de 2009, com um nível da taxa de abstenção bastante elevada, na ordem dos 40,32 ou nas eleições de 2011 (não abordadas neste estudo) que apresentam uma taxa ainda superior, na ordem dos 46,90%.

Pelo exposto e tendo em conta os vários estudos realizados no sentido de se perceber quais os fatores que determinam ou condicionam a participação política dos eleitores, muitas dúvidas ainda persistem. Alguns cientistas investigaram as características individuais que levam os eleitores a participarem na vida política, identificando variáveis como a idade, educação, rendimento, *status* material, interesse na política e identificação partidária, como sendo os fatores que mais fomentam a participação. De facto, as principais teorias de participação política argumentam que as características

socioeconómicas dos eleitores como a educação e o rendimento, são os fatores mais importantes na explicação da participação ou abstenção dos eleitores. Sendo que, este fenómeno também é afetado mas em menor escala, pela raça, idade, sexo e por outros fatores comportamentais, tais como a adesão a um partido político, bem como a eficácia e interesse político (Abramson 1983; Campebell *et al.* 1960; Conway 1991; Le Duc, Niemi e Norris 1996; Wolfinger e Rosenstone 1980; Rosenstone e Hasen 1993, Verba e Nie 1972).

Uma outra corrente de investigadores que estudaram as características do contexto político, nomeadamente, a importância das eleições, a votação obrigatória, o sistema eleitoral, a votação postal ou a votação ao fim de semana, defendem que estes fatores favorecem a participação eleitoral (Blais e Carty 1990; Cox e Munger 1989, Jackman e Miller 1995; Le Duc, Niemi e Norris 1996; Powell 1986; Reif e Schmitt 1980). Todavia, na literatura podemos ainda encontrar estudos desenvolvidos por outros autores, como Egmond, Graaf e Eijk (1988) e Perea (2002), que procuram agregar as duas perspetivas num modelo no sentido de compreender e explicar a participação eleitoral.

2. Revisão da Literatura

2.1. Formas de participação política e a importância do voto

A literatura sobre a participação política refere que existem dois conjuntos de participação política: as formas de participação convencionais e as contestatárias. As formas de participação convencionais, abrangem o exercício do direito de voto, a participação nas ações de campanha, a filiação em partido político, contribuição financeira de campanhas e partidos políticos, participação em debates ou encontro de candidatos. São formas de intervenção política, que geralmente se encontram inscritas no direito das democracias de cada país, no sentido de promover a participação dos cidadãos. Porém, os cidadãos consideram que estas formas não são suficientes para garantirem os seus direitos e optam por outras formas de participação. As formas de participação contestatárias, que ao contrário das anteriores, normalmente não se encontram inscritas nos direitos dos países, traduzem-se quase sempre sob a forma de assinatura de petições, manifestações de rua ou bloqueio de vias de comunicação ou até ocupação de edifícios públicos. Estas formas de participação, são contudo, aceites pela opinião pública e toleradas pelos poderes públicos, que apesar de não se

substituírem às formas de participação convencionais, acabam por se complementarem.

Mas a participação política dos cidadãos, não é vista pelos próprios da mesma forma, pois os diferentes tipos de participação também impõem um empenhamento e implicação pessoal diferentes. Daí que, o ato de votar exige um menor empenhamento, do que aquele, como por exemplo, que está associado a uma campanha eleitoral, ou a uma militância em determinado partido político. Pois um partido para se manter ativo e viável na vida política de um País requer uma organização capaz de comprometer um grupo grande de pessoas durante um longo período de tempo. Por outro lado, outras formas de participação como as atividades de campanha eleitoral ou de protesto requerem um comprometimento ainda maior de pessoas, sendo contudo, durante um menor período de tempo (Santos 2006).

Efetivamente a discussão sobre as virtudes da participação para o sistema político democrático está longe de reunir consenso e unanimidade. Daí que na literatura podemos encontrar uma abordagem conservadora em contraste com a dos defensores da participação dos cidadãos.

Numa abordagem mais conservadora o baixo grau de participação política é considerado como indicador de satisfação social. Na literatura encontramos autores dentro desta linha de pensamento, os quais consideram que com baixos níveis de participação as democracias tendem a funcionar melhor e defendem que o envolvimento dos cidadãos deveria ser circunscrito aos atos eleitorais (Berelson *et al.* 1954, Huntington 1975).

Por outro lado, também encontramos autores que apresentam críticas à participação política para além da eleição dos representantes, e que por isso, defendem um reforço das instituições representativas (Wildawsky 1992). Autores como Benjamim Barber (1984) e Robert Putnam (1993) são considerados defensores da participação dos cidadãos, reivindicando o reforço dos instrumentos que promovam o envolvimento público. Dentro desta abordagem a não participação é sinónimo de insatisfação e a participação é encarada como fenómeno de incrementação do diálogo, em quantidade e qualidade, entre governo e cidadãos. Barber (1984) introduz a ideia de *strong democracy* em oposição à *weak democracy*, e nesta linha as democracias liberais são débeis quando minam a cidadania. Já a *strong democracy* está estreitamente ligada a entendimentos de participação inclusiva e cidadania. Um outro autor, refere uma correlação positiva entre capital social, ideia esta estritamente relacionada com o

envolvimento dos cidadãos em atividades comunitárias e performance institucional (Putnam 1993).

Em Portugal, e sobre o tema da participação dos cidadãos, António Teixeira Fernandes (2004) afirma que um regime político é tanto mais democrático quanto mais o poder se encontre distribuído ou disseminado na sociedade e defende que a democracia é poder do povo partilhado entre o povo. Segundo o autor, não é possível existir democracia sem a participação direta do povo e por isso, alerta para o facto de, atualmente assistirmos a uma alienação política por parte das populações que se sentem eminentemente distanciadas face ao poder político. O autor enfatiza ainda, tal como Barber (1984) e Putnam (1993) para a necessidade urgente de envolver as populações num processo de cidadania ativa, de participação e envolvimento democráticos, na medida em que considera que uma sociedade é verdadeiramente democrática quando ela é democrática nas suas leis e nas suas instituições e, principalmente na prática democrática do dia-a-dia dos indivíduos. Um outro autor português, António Barreto (2002) defende a ideia de que a participação não implica necessariamente a democracia e que a participação não é um imperativo moral ou político de democracia, apresentando a participação não como pedra angular da democracia, mas como uma escolha e ou técnica ao dispor dos cidadãos, através da qual estes podem tentar influenciar as decisões em *prol* dos seus interesses. Por outro lado, a participação pode também constituir um ato de vontade por parte das autoridades públicas para envolverem os cidadãos na elaboração e tomada de decisões, de forma mais justificada. Segundo o autor, trata-se de uma participação organizada com a existência de associações representativas de cidadãos, grupos e interesses sem esquecer a opinião pública. Aqui a opinião individual de cada um é cada vez mais tomada em atenção através de debates organizados para o efeito ou, até da discussão em fóruns com recurso à Internet, muito comum nos dias de hoje. Neste contexto, este autor, confere à participação algumas vantagens, nomeadamente como, fator de estabilidade social e política; elemento facilitador de consensos; elemento facilitador da introdução de mecanismos de correção e integração no sistema político; e, como fator promocional do reforço da legitimidade dos governantes (Barreto 2002).

Todavia, esta abordagem renovadora que apela fortemente à participação encontra no seio académico e político fortes resistências, sendo-lhe apontadas algumas desvantagens, na medida em que implica uma maior lentidão na tomada de decisões, tende a privilegiar determinados grupos de interesse mais fortes ou organizados, sobrevaloriza medidas de curto prazo, ausência de mais-valias na decisão e por

vezes funciona como agente facilitador de desgaste dos partidos políticos, (os principais protagonistas da democracia representativa) pelo facto de poder alimentar a desconfiança nas instituições tradicionais.

Como acabamos de referir, são diversos os mecanismos de participação, alguns deles são mencionados pelo próprio sistema político, como é o caso dos referendos, iniciativa legislativa popular, audiências públicas e conselhos consultivos (entre outros). Contudo, importa salientar que as eleições são o momento certo para determinar a aprovação ou insatisfação do cidadão-votante, cujo principal valor assenta na sua legitimidade eleitoral, estando, por isso, a noção de cidadania estritamente ligada ao papel de cidadão enquanto votante.

Nos países com democracias implantadas o voto foi e continua a ser o instrumento privilegiado dos eleitores como forma de participação política. Isto devido ao facto da participação política através do voto apresentar características que outras formas de participação não apresentam, tal como, a universalidade de acessos, a igualdade de influência e a irresponsabilidade (*unaccountability*), o que faz da participação eleitoral a forma mais disseminada de participação, na medida em que é a única que os cidadãos exercem com carácter de regularidade, o que reforça a universalidade de acesso ao voto (Dahl 1989). Segundo Rokkan (1962) a característica de irresponsabilidade traduz-se na liberdade plena que o cidadão tem para fazer a sua opção política de entre as que lhe são apresentadas. Já a característica de igualdade é imposta pela própria natureza da participação eleitoral, pois a influência que cada cidadão pode exercer através do voto é igual para todos, independentemente, de fatores como, o sexo, idade, educação, condição social ou orientação ideológica. O mesmo não se verifica em outras formas de participação política, na medida em que a frequência e influência dependem da vontade de cada cidadão (Santos 2006).

A importância do voto, deve-se ao facto de, não obstante as outras formas de participação, ser o principal modo de expressão da soberania popular e considerada a atividade política que maior número de cidadãos mobiliza a intervalos regulares (Chagnollaud 1999). O voto é assim considerado como a forma mais importante que os cidadãos têm ao seu dispor para poderem intervir na vida política do seu país, bem como influenciar o curso das políticas públicas.

Por isso, a importância do ato de votar é cada vez mais debatida no seio dos investigadores e políticos, decorrente do baixo nível de empenhamento político dos cidadãos. Todavia, na literatura sobre participação política encontramos opiniões diferentes sobre a importância do voto. Por um lado, apresenta-nos uma perspetiva

que considera o voto como forma de participação política superior e forte indicador da satisfação com o sistema político. Por outro, apresenta-nos uma outra que defende o contrário, em que os elevados níveis de participação eleitoral, nem sempre significam uma ligação forte entre os cidadãos e o sistema político. Salientando-se o facto, de que a opinião partilhada por um grande número de autores, atribui ao voto uma posição suprema nos sistemas democráticos.

Nas democracias representativas do ocidente, as eleições assumem um papel essencial como processos de ligação entre os cidadãos e o poder político (Dahl 1989, 1998). Esta ideia é também partilhada por Le Duc, Niemi e Norris (1996) que defendem que a participação é a essência da democracia, na medida em que a saúde de uma democracia, é, muitas vezes, vista ao nível da participação eleitoral. Já Stein Rokkan (1962), considera o voto como única forma de participação política.

Eva Perea (2002) alega que a abstenção é um indício de inatividade e alienação por parte dos indivíduos e não indicador de satisfação, traduzindo-se na falta de interesse e distanciamento entre os cidadãos e o poder político. Porém, essa alienação e desinteresse dos cidadãos podem coincidir com níveis elevados de participação eleitoral. Da mesma forma, não podemos assumir que um elevado nível de *turnout* (participação eleitoral) garanta sempre um sistema político estável, ou, que o mesmo provoque risco de instabilidade, conforme os estudos realizados por Dittrich e Johansen (1983) e Powell (1982), procuram mostrar.

Numa outra abordagem, a participação eleitoral pode ser considerada como uma ligação casual entre os eleitores e o sistema político. E, apesar da participação eleitoral ser considerada como pedra basilar para a democracia, as teorias da participação da democracia declaram que as outras formas de participação que requerem um maior envolvimento, compromisso e exigência por parte dos eleitores do que o voto, são as que têm maior importância (Barber 1984; Lively 1975). Eva Perea (2002) considera a participação eleitoral como a única forma indispensável de envolvimento político, apenas e quando é capaz de promover a luta entre as diferentes forças políticas, sendo que a utilidade da participação eleitoral se traduza no fornecimento dos meios para atingir o *core* da democracia, ou seja, a competição. Por isso, a autora defende que apesar da participação política poder não ser vista como a única forma de participação indispensável para a democracia, ela acaba por ser essencial para a garantia da legitimidade dos sistemas políticos.

Por estas razões é que autores como, Berelson, Lazarsfeld e McPhee (1954), Ranney (1983) e Sartori (1962), argumentam que a participação eleitoral em massa não é necessária, na medida em que baixos rácios de participação podem não ser vistos como problema, mas sim, como indicador de satisfação dos cidadãos com o sistema político. Outros lembram ainda que um elevado nível de participação eleitoral pode ser sintoma de uma polarização excessiva capaz de provocar alguma instabilidade política (Morris-Jonnes 1954; Lipset 1969; Milnor 1969).

Todavia, salienta-se o facto de que, regra geral, um elevado nível de participação eleitoral, indica que está a ser usado um dos canais que estão à disposição dos cidadãos mais envolvidos na vida política, para influenciar o curso das políticas públicas, podendo ainda, a participação política reforçar atitudes como a sensação de eficiência política.

Verba e Nie (1972) consideram a participação política como sendo um mecanismo que pode contribuir para compensar o efeito das desigualdades socioeconómicas, em que um elevado nível de abstenção pode ser associado à ideia de que uma parte dos cidadãos foi excluída do sistema político. Esta exclusão pode tornar-se num fator de preocupação quando o nível de abstenção se mantém estável e quando a diferença política e social entre os que se abstêm e os que participam é grande.

De acordo com vários estudos realizados, a abstenção tem vindo a ser associada a um perfil sócio demográfico específico, mostrando que os abstencionistas estão mais representados em determinados sectores sociais como as mulheres, os desprotegidos, jovens, estrangeiros ou idosos (Corbetta e Parisi 1987; Milbrath e Goel 1977; Verba e Nie 1972); Verba Nie e Kim 1978; Verba *et al.* 1993; Wolfinger e Rosenstone 1980).

Já aqui referimos a participação eleitoral como sendo considerada a pedra basilar da democracia e a atividade que envolve o maior número de cidadãos, neste sentido tentaremos agora apresentar os modelos de comportamento eleitoral mais importantes, segundo a literatura.

2.2. Modelos de Comportamento Eleitoral

De acordo com André Freire (2001) e Freire e Magalhães (2002), a literatura sobre as teorias explicativas do comportamento eleitoral, nomeadamente da abstenção tem evoluído significativamente. No entanto, e apesar dessa evolução e dos diversos

estudos desenvolvidos sobre essa área, continua a ser tarefa difícil responder à questão de saber o que leva os cidadãos a votarem e quais os fatores que condicionam o modo como o fazem.

Segundo a literatura, podemos encontrar várias teorias que procuram explicar o comportamento eleitoral, sendo que, as principais correntes explicativas dividem-se em três grandes escolas, cada uma correspondente ao seu modelo, designadamente, os modelos sociológico, psicológico e económico ou racional.

2.2.1. Modelo Sociológico

O modelo sociológico do comportamento eleitoral decorre de um estudo realizado por uma equipa da Universidade da Columbia, nos Estados Unidos. De acordo com Freire (2001), as bases deste modelo foram lançadas através da obra desenvolvida por Paul Lazarsfeld, Bernard Berelson e Hanzel Gaudet (1944), onde os autores explicavam como a intenção de voto podia mudar durante a campanha eleitoral, através da repetição de entrevistas a um painel de eleitores, numa eleição de 1940, nos EUA. Para a explicação dos seus resultados, os autores apoiaram-se em padrões demográficos de voto previamente estabelecidos, tendo constatado que muito poucos eleitores mudavam o seu sentido de voto.

Os estudos desenvolvidos por Seymour Martin Lipset e Stein Rokkan (1967), sobre sistemas de partidos e alinhamento de eleitores, são o marco de referência, do início do modelo sociológico de participação eleitoral na Europa. Os autores uniram o desenvolvimento do sistema de partidos a uma sequência histórica de conflitos políticos e associaram às clivagens sociais (Dalton e Wattenberg 1993). Este modelo de comportamento eleitoral enfatiza assim, os determinantes sociais da ação política, partindo do pressuposto de que a votação é muito influenciada pelas características e crenças pessoais dos indivíduos.

André Freire (2001) considera que a pedra de toque do modelo sociológico é a ênfase nas condições sociais, destacando que são estas que configuram a democracia, havendo, por isso, a necessidade de estudar as condições sociais que possam explicar as divisões e os consensos políticos. A participação eleitoral pode ser explicada pelos pontos de contacto que o indivíduo mantém com a política governamental, pelo acesso à informação e pela pressão social no sentido da votação. O modelo das clivagens estruturais apresenta a relação capital-trabalho como uma das principais clivagens. O posicionamento no sistema de clivagens e das ações de

mobilização e socialização empreendidas pelas organizações sociais condiciona o alinhamento dos eleitores (Freire 2001). A mesma ideia é compartilhada por Dalton e Wattenberg (1993), ao alegarem que, através das variáveis sociológicas é criado um conjunto de interesses comuns que levam à formação das coligações de partidos e definem imagens relativas aos partidos que estão em consonância com as necessidades dos diferentes indivíduos.

Todavia, os mesmos autores, apesar de considerarem o modelo com um enquadramento válido para identificar um grupo e características sociais que estruturam as decisões, não deixam de lhe apresentar algumas limitações, na medida em que explica apenas uma pequena parte entre os eleitores europeus e uma ainda menor entre o eleitorado americano menos convergente. Por outro lado, o modelo enfatiza a continuidade e estabilidade, sendo por isso, limitado na explicação da mudança eleitoral, além de apresentar uma aplicabilidade limitada na tomada de decisões satisfatórias, sobretudo no mundo político contemporâneo.

Na perspetiva do modelo sociológico, o voto é uma afirmação de identidade social, onde a vivência social determina os padrões de comportamento dos indivíduos. Assim, a participação democrática acaba por não ser bem um processo de decisão *per se*, mas essencialmente, uma propensão para votar em determinado partido ou candidato, pelo que o objetivo central das teorias de voto com base na estrutura social, é a explicação dessa propensão. Por isso, a sociedade é decisiva na conduta política das pessoas, a qual é assegurada segundo duas dimensões explicativas:

1. Crenças, valores e atitudes, incluindo as de índole política, derivam do ambiente social em que o ser humano cresce;

2. Todos os indivíduos são qualificados por determinadas características como a idade, género, ocupação, educação, crença religiosa e outras, que os induz a pertencer a grupos específicos, os quais geram experiências e vivências próprias que vão moldando a identidade das pessoas e reforçando as diferenças face aos outros indivíduos. Do mesmo modo, os esforços de mobilização levados a cabo pelos partidos políticos são estrategicamente direcionados particularmente aos grupos sociais, facilitando a identificação do eleitor com a força política que lhe é mais próxima.

É a fusão entre as forças sociais e os indivíduos que permite uma eficaz socialização política, elemento crucial no momento da tomada de decisão em quem vão votar. No entanto, é importante assegurar a transmissão social das escolhas políticas.

Os autores Berelson e McPhee (1954) realizaram um estudo, no qual definem três processos que asseguram uma relação de longo prazo entre grupos e opções políticas: diferenciação, transmissão e contacto. A diferenciação permite que indivíduos com características comuns partilhem os mesmos interesses relativamente às políticas e diferenciam-se politicamente dos indivíduos pertencentes a outros grupos. O segundo processo assume que a transmissão de valores e atitudes, especialmente de pais para filhos, permanece sempre com os votantes. Por último, para a interiorização de preferências políticas via socialização, o indivíduo deve estar mais tempo em contacto com os membros do seu grupo social do que com pessoas externas, permitindo uma melhor apreensão dos valores e atitudes do grupo de origem.

Desta forma, podemos então sintetizar que a perspetiva sociológica utiliza uma abordagem de tipo macro para explicar o comportamento político dos indivíduos, com enfoque nas condições sociais que constituem o contexto no qual as instituições, as práticas, as ideologias e os objetivos políticos se formam e atuam. Sendo que, o fundamental para a perspetiva sociológica é o contexto em que os indivíduos atuam, no qual as principais variáveis são as sócio económicas, as demográficas e as ocupacionais, tendo como preocupação central mostrar a forma como tais variáveis possuem relações com o comportamento eleitoral.

2.2.2. Modelo Psicológico

O Modelo psicológico teve a sua origem com o desenvolvimento e a disseminação das técnicas de *survey* nas ciências sociais e como principal núcleo académico a Universidade de Michigan. Um grupo de investigadores daquela universidade partiram das limitações e fraquezas apresentadas pelo modelo sociológico e procuraram interpretar o comportamento político a partir das motivações, perceções e atitudes dos indivíduos em relação ao mundo político, ou seja, o seu estudo incidiu mais diretamente nos processos psicológicos subjacentes ao raciocínio do indivíduo (Dalton e Wattenberg 1993).

The American Voter (Campbell *et al.* 1960) é considerada a obra mais emblemática do modelo, a partir da qual foi introduzido expressamente o modelo psicológico do voto (Freire 2001). A conceção deste modelo é de um papel mediador das predisposições

psicológicas a longo prazo, em particular o da identificação partidária, a qual conduz as ações dos indivíduos (Dalton e Wattenberg 1993).

Segundo a perspectiva psicológica, ser militante de um partido é mais do que mera reflexão política do processo de socialização e do *status* social de cada eleitor. O partido político aparece assim como um grupo relativamente ao qual o indivíduo fomenta determinada percepção de intensidade diferente, podendo ser positiva ou negativa (Campbell *et al.*, 1960). Estes autores partilham assim, do entendimento de que a identificação com determinado partido produz um impacto mobilizador. O conceito de identificação partidária enquanto ligação psicológica, estável e duradoura em relação a um partido político, não tem que se traduzir necessariamente numa inscrição, militância ou votação sistemática nesse mesmo partido, é central para este modelo psicológico.

Neste sentido, os autores que se filiam neste modelo encaram assim a participação eleitoral numa perspetiva diferente da do modelo sociológico, realçando que existe uma relação bastante elevada entre a participação eleitoral e a identificação partidária, e defendem que quanto mais forte for a identificação a um partido político, maior será a participação eleitoral (Campbell *et al.* 1960; Powell 1982; Verba & Nie 1972). Os mesmos autores consideram que é o envolvimento psicológico e motivacional dos sujeitos em relação aos partidos políticos que os leva a ter interesse na atividade política e por isso, a participar mais nas eleições. Os eleitores votam em defesa da sua identidade política e a sua predisposição para participar depende da percepção que os mesmos têm da importância dessa participação para a defesa dos valores e crenças do seu grupo e para a preservação da sua imagem e coesão, bem como da identidade social que lhe está associada.

Angus Campbell, Philip Converse, Warren Miller e Donald Stokes (1960), apontam uma limitação ao modelo sociológico desenvolvido pela Universidade de Columbia, pelo facto do mesmo não considerar as características ativas capazes de explicar as frequentes variações na participação e no sentido de voto entre as diferentes eleições. Para os autores o indivíduo é considerado como a unidade de análise principal e as suas atitudes políticas, os fatores mais relevantes por estarem mais próximas do comportamento eleitoral. Por isso, partem do pressuposto de que a escolha partidária do eleitor deriva num sentido imediato da força e direção dos elementos que abrangem uma área de forças psicológicas, os quais são interpretados como atitudes em relação aos assuntos compreendidos nas políticas nacionais (Campbell *et al.* 1960).

Os mesmos autores defendem ainda que, a distribuição das características sociais de uma população varia lentamente durante um período eleitoral. Porém, processam-se algumas flutuações consideradas essenciais no voto, que não podem ser explicadas por atributos independentes, cujos valores não mudam em curtos períodos de tempo. Esta abordagem centra as suas ações nos objetos das atitudes políticas, nomeadamente os candidatos e os assuntos ou temas políticos, os quais evidenciam variações de curto prazo. Segundo os investigadores da Universidade de Michigan, a explicação das dinâmicas do comportamento eleitoral assenta na reação dos eleitores às mudanças na cena política (Campbell *et al.* 1960).

Os autores do modelo psicológico, defendem como já foi referido, que a identificação partidária tem um efeito mobilizador, partindo do pressuposto de que quanto mais forte for essa identificação, maior será o envolvimento político dos cidadãos e a sua disposição para votar. Segundo este modelo, as ações que identificam os partidos influenciam a forma como os cidadãos veem o mundo político, dotando-os não só de meios que os ajudam a tomar as suas decisões de votação, como também uma melhor e mais rápida interpretação dos assuntos políticos e respetivas candidaturas (Dalton e Wattenberg 1993).

Segundo Jacques Thomassen (1994) apesar das diferenças entre os dois modelos, o modelo psicológico tal como sociológico também enfatiza mais a estabilidade do voto do que a mudança eleitoral. Daí que, a crescente volatilidade eleitoral verificada tanto na Europa como nos EUA, principalmente a partir dos anos de 1970, colocou em causa este modelo (Dalton 1988; Mayer e Perrineau 1992). Por essa razão, esta perspetiva de voto rapidamente se difundiu e, tal como o modelo sociológico, também foi posto em causa, nomeadamente pela enfatização na estabilidade do voto, negligenciando a mudança eleitoral (Jacques Thomassen 1994).

2.2.3. Modelo Económico ou Racional

A escola económica do comportamento eleitoral surge como uma nova abordagem ao problema da participação eleitoral, nos anos 60, introduzida pela obra de Anthony Downs de 1957, *Na Economic Theory of Democracy* (Uma Teoria Económica da Democracia). Esta obra foi a grande precursora do modelo económico, o qual apesar de surgir nos anos 60, só começa a ganhar importância sobre o comportamento eleitoral, a partir da década 1970-1980. Downs não nega as influências psicológicas no comportamento político, nem as influências dos grupos sociais nas escolhas políticas. Para este modelo, o autor em vez de testar as noções clássicas de prática

democrática, reformulou-a de acordo com os princípios teóricos da racionalidade da economia moderna, segundo os quais os cidadãos agem de forma racional, implicando que a escolha de um partido em detrimento de outro, reflete a ideia de que essa escolha lhe trará mais benefícios. Por outras palavras, podemos dizer que em termos explicativos, a teoria da escolha racional parte da substituição do *homosociologus* pelo *homoeconomicus*. Sendo que, esta é uma construção analítica que se preocupa em entender o comportamento humano a partir de concordâncias sociais, da consciência coletiva, do papel social e dos hábitos, ou seja, das predisposições internas que delimitam o comportamento dos indivíduos.

O indivíduo racional que opta por este modelo é assim caracterizado, por um mecanismo de decisão próprio e relativamente independente, com o objetivo de maximização da utilidade individual, implicando o recurso a um grau de sofisticação mental e informacional que permita a sua utilização. Downs (1957) caracteriza este indivíduo racional como aquele que decide em função de incentivos, que se aproxima da conceptualização do eleitor caracterizado por incorporar as condições económicas na decisão eleitoral. Desta forma, a escolha que cada indivíduo faz por determinado partido em detrimento de outro, assenta no pressuposto da crença de obtenção de maiores benefícios para si próprio. Por isso, a este modelo está intrínseca uma análise custo/benefício em relação ao ato de votar. Esta visão económica do comportamento eleitoral assenta, essencialmente, numa forte ligação entre as condições económicas e bem-estar das populações, à qual se associa a possibilidade dos representantes eleitos serem responsabilizados pela evolução da economia.

De acordo com André Freire (2001), o sentido racional da opção de voto dos eleitores em condições de conhecimento perfeito e informação não custosa, é decidido, tendo em consideração as cinco situações seguintes:

1. Cada indivíduo considera as eleições precisamente como meio de selecionar o governo que mais o beneficia;
2. Cada cidadão estima a utilidade/rendimento que obterá se cada um dos partidos estivesse no poder, na legislatura seguinte, ou seja, o cidadão primeiro avalia a utilidade que obterá caso fosse eleito o partido A, depois o partido B e assim sucessivamente;
3. Cada eleitor vota no partido que considera que lhe vai proporcionar uma maior utilidade/rendimento com a sua forma de governar;

4. O fator que influencia em primeiro lugar o eleitor na avaliação da utilidade, que resultará da atuação governamental de cada partido, são as promessas eleitorais expressas na campanha, seguido de uma comparação com a utilidade auferida com a atuação do atual partido que se encontra no poder;

5. Cada indivíduo baseia a sua estimação de utilidades não apenas nas utilidades auferidas pela atuação do partido de governo, como também nas que poderia auferir, caso estivesse no poder cada um dos partidos da oposição.

O modelo racional ou económico apresenta os cidadãos relativamente libertos das determinações sociológicas e psicológicas, os quais acabam por apostar na escolha pelos partidos que mais se adaptam às suas preferências, em termos das políticas públicas implícitas nos seus programas eleitorais. O indivíduo age assim, no sentido de minimizar o emprego de recursos com vista a atingir determinado objetivo, sendo que o impacto da sua posição objetiva é também mediado pelas fontes de informação. E, economiza na sua análise, pelo facto de, perante este modelo poder comparar as ideologias em vez das políticas. Daqui, podemos deduzir que, nuns casos, menores níveis de informação sobre os partidos e suas ideologias podem conduzir a uma maior abstenção. Noutros casos, a abstenção pode ser compreendida como recusa da legitimidade do sistema político, ou como um ato político, estando aqui, associada a elevados níveis de integração social e política (Freire 2001). Este autor refere ainda que a teoria do voto económico pode compreender uma hipótese de responsabilização, segundo a qual, os eleitores dão mais apoio aos incumbentes no governo em períodos de prosperidade económica, bem como maior penalização em períodos recessivos. Uma outra hipótese é das prioridades políticas, em que os partidos de esquerda são beneficiados quando o desemprego cresce e os partidos de direita são beneficiados quando a inflação cresce.

Pelo atrás exposto sobre este modelo, podemos concluir que esta abordagem do comportamento eleitoral, é assim parcialmente desenvolvida como uma extensão lógica dos dois modelos anteriores, o sociológico e o psicológico, em que ambos enfatizam a origem relativamente estável das características do eleitor como próprio de um modelo de tomada de decisão eleitoral.

2.2.3. Pontos em Comum entre os Modelos

Dos três modelos abordados anteriormente e apesar das divergências entre as diferentes escolas, a consideração das três abordagens em separado poderá ser arriscada, atendendo ao risco que se pode correr da não consideração dos pontos em comum existentes entre os três modelos. É de salientar que as três visões tendem a convergir numa visão unificada do cidadão, na medida em que as três escolas partilham um ponto em comum, que é a pesquisa de comportamento político centrado no eleitor individual. Esta ideia é partilhada pelos autores Edward Carmines e Robert Huckfeldt (1996), que apesar de salientarem as diferenças entre as três perspetivas: sociológica, psicológica e económica, chamam contudo, a atenção para o facto da consideração isolada de cada uma delas conduzir a um entendimento incompleto, uma vez que as três têm como mesmo denominador comum – o eleitor individual.

Todavia e apesar das três visões refletirem respostas diferentes sobre os fatores que influenciam o voto e dirigirem um desafio diferente em relação à teoria da democracia, deve ser tido em atenção o resultado das três no seu conjunto, para uma melhor compreensão do comportamento eleitoral dos cidadãos.

Em face do exposto sobre os três modelos de comportamento eleitoral podemos concluir que, os modelos sociológicos defendem que os eleitores votam pelo seu grupo social, os modelos psicológicos defendem que o fazem pela sua identidade política e os modelos económicos ou racionais fazem-no pelo seu interesse pessoal. Assim, depreendemos que para cada uma destas abordagens a participação eleitoral aumentará sempre que os cidadãos sentirem, respetivamente, que o seu grupo social, a sua identidade política ou o seu interesse pessoal esteja em causa.

2.3. Fatores Determinantes da Participação/Abstenção Eleitoral

A teoria da democracia enfatiza que os sistemas devem procurar assegurar que todos os cidadãos tenham as mesmas condições de acesso às atividades de participação política. No entanto, nem todos os indivíduos têm a mesma disposição para utilizarem os recursos políticos que têm ao seu dispor. Estas assimetrias no compromisso político dos cidadãos dependem de vários fatores de natureza diversa.

De entre os estudos empíricos realizados sobre o comportamento eleitoral que procuram analisar os fatores que mais influenciam o comportamento político, podemos

dividi-los em dois grupos diferentes. Assim, num dos grupos incluímos os estudos que procuram identificar as variáveis individuais de que depende a participação eleitoral. E, num outro grupo incluímos estudos que procuram identificar as variáveis sistémicas que influenciam o comportamento eleitoral.

2.3.1. Variáveis Individuais

Os estudos realizados sobre este tipo de variáveis procuram saber, as causas por que uns eleitores votam mais do que outros e a existência de diferenças expressivas entre os que votam e os que se abstêm.

A maioria dos fatores explicativos da participação eleitoral a nível individual, como o interesse na política ou o nível de envolvimento político estão relacionados com as atitudes políticas dos eleitores, conforme estudos de (Campbell *et al.* 1960; Dalton 1996). Outros estudos como os de Verba e Nie (1972; Verba *et al.* (1993) e Wolfinger e Rosenstone (1980), analisam a associação entre o voto e determinadas variáveis demográficas. Fatores como o rendimento, o nível de educação, o sexo, a idade, a religião, o multipartidarismo ou a pertença a grupos associativos são também considerados importantes na explicação da participação eleitoral.

a) Rendimento

Efetivamente o maior ou menor rendimento que cada individuo detém, afeta nitidamente a escolha de voto, uma vez que pessoas com menores recursos têm menor capacidade de suporte ao custo com a participação política, tais como, a recolha de informação, a formação de decisão, o custo com a deslocação e mesmo o tempo para votar. No entanto, a sua influência na decisão de comparecer ou não ao ato eleitoral é uma questão completamente diferente.

Quando os cidadãos veem a sua situação financeira melhorar bem como a da população e percebem que essa melhoria advém de um contexto de crescimento económico favorável, tornará mais fácil a tomada de decisão para esses cidadãos em quem votar, contudo, e como já foi referido, a ida às urnas pode ser uma questão completamente diferente e determinada por outras questões transversais.

Se, por um lado, considerarmos que os cidadãos com maiores níveis de rendimento são os que mais contribuem para o sistema fiscal público, através do pagamento dos seus impostos, também compreendemos que estes podem sentir uma maior

motivação para a participação eleitoral, uma vez que estão mais atentos e preocupados com a forma como é gasto o dinheiro do erário público e, por isso acabam por entender o voto como a melhor forma de penalizar ou premiar os governantes.

Por outro lado, também podemos considerar que as pessoas com menores níveis de rendimento têm menor capacidade financeira para suportar os custos associados à participação como sejam, os custos associados ao processo de recolha de informação, formação de decisão e predisposição para votar. É do conhecimento geral que os problemas económicos sentidos pelas pessoas geram um agravamento das suas preocupações com o bem-estar pessoal, implicando numa maior redução da capacidade de participação política.

Por isso, é que os mais desprotegidos, como os pobres, desempregados e aqueles que se encontram numa situação financeira crítica têm menor propensão para votar. E os estudos realizados por Rosenstone (1982) confirmam esta tese, quer a título individual quer a título agregado. Todavia, também encontramos na literatura argumentos diferentes que demonstram que a contrariedade económica pode favorecer a participação (Radcliff, 1996). Assim, temos de um lado, as pessoas que atravessam dificuldades que culpabilizam os governantes por esse facto e que, portanto, se mobilizam aumentando a probabilidade de votar. E, por outro lado, temos a teoria do voto negativo (Lau, 1985) que evidencia uma motivação para punir o governo superior à motivação para o recompensar. Daqui podemos depreender que, em alturas de depressão devemos assistir a um aumento de afluência às urnas.

b) Educação

O nível de educação é visto também como agente que afeta a participação, uma vez que a educação exerce um papel de formador de consciências individuais em relação ao que o rodeia e conseqüentemente em relação ao Estado. A escola funciona assim, à semelhança da família, como elemento essencial de construção do Estado e do poder político, transmitindo de uma forma ou de outra os valores políticos básicos e promovendo o próprio conhecimento e identificação de cada indivíduo com os símbolos da sua pátria. Nos sistemas democráticos esta transmissão é feita com menor intensidade, dado que existe uma maior flexibilização em relação à transmissão de valores e atitudes políticas.

De qualquer forma, e independentemente do sistema político, regra geral, quanto maior for o nível de escolarização maior será o sentido crítico, conhecimento e

capacidade de participação política adquiridos pelo cidadão. Por esta razão, podemos considerar a educação como agente facilitador da participação eleitoral, uma vez que ajuda a baixar os custos de informação ao tornar as notícias políticas e a informação mais fáceis de processar, estimulando e incentivando o ato de votar e participar. Estudos desenvolvidos por Blais(2000) e Mueller (2003), defendem esta alegação ao confirmarem a importância do nível de educação dos indivíduos para a participação eleitoral.

Por outro lado, é de destacar que, os indivíduos com menor escolaridade apresentam maior dificuldade na análise dos problemas, na avaliação das soluções alternativas, bem como na compreensão do processo de decisão político. Nestas situações, a probabilidade dos indivíduos desenvolverem atitudes de apatia com o sistema político torna-se muito maior, além de que, motivar estas pessoas torna-se um processo muito mais difícil.

No entanto, importa salientar que esta correlação positiva entre a educação e a participação nem sempre existe, uma vez que, em alguns países da Europa Ocidental, verifica-se que pessoas com elevados níveis de educação participam menos do que as que possuem um menor nível de educação (Corbetta e Parisi 1994). Também os estudos com dados agregados realizados por Lijphart (1997) ou Franklin (2004), corroboram essa tese, que debruçando-se sobre o comportamento eleitoral em países com população de instrução elevada, concluem existir uma relação inversa. Por sua vez, Eva Perea (2002), defende que nestes casos o problema já não será tanto de ordem individual, mas sim de uma lacuna do próprio sistema político em prover incentivos suficientes à participação.

c) Sexo

Na literatura podemos encontrar três abordagens teóricas que explicam as desigualdades de género na participação política (Freire *et al.*2007):

- A primeira corrente explica as desigualdades de género na participação política assente nos baixos níveis de desenvolvimento sócio económico das mulheres em todo o mundo, explicados pelo acesso desigual aos recursos com impacto em diferentes áreas.
- A segunda corrente focaliza-se no impacto das instituições políticas e movimentos sociais.

- A terceira abordagem está relacionada com a predominância de atitudes tradicionalistas relativamente ao papel da mulher e o apoio à igualdade de género e ao feminismo.

Em Portugal, só após a Revolução do 25 de Abril de 1974, mais concretamente no ano de 1976, é que as mulheres portuguesas adquiriram direitos políticos. De salientar, que em relação a este direito adquirido, a evolução registada foi muito positiva sendo que já na década de 80 as desigualdades de género verificadas nas eleições legislativas são pouco significativas (Freire *et al.* 2007).

Não nos podemos esquecer de que para esta diminuição da desigualdade de género, e já numa fase mais recente, também contribuíram as diretivas emanadas da Comunidade Europeia, bem como a Lei da Paridade, aprovada pela Lei Orgânica Nº 3/2006, de 21 de Agosto, a qual estabelece que as listas para a Assembleia da República, para o Parlamento Europeu e para as Autarquias Locais são compostas de modo a assegurar a representação mínima de 33% de cada um dos sexos, de modo a promover a paridade entre homens e mulheres. Assim, estes novos instrumentos legais tornaram-se cruciais para determinar o papel das mulheres nas instituições, e, com certeza que iremos continuar a assistir ainda a um menor fosso entre os géneros na vida política e por isso a uma maior participação por parte da mulheres.

d) Idade

Segundo a literatura, existe uma relação entre a idade e a participação eleitoral e por isso encontramos estudos que demonstram a existência de uma maior propensão para votar há medida que as pessoas envelhecem, argumentando que a experiência de vida e o facto da maioria destas pessoas se encontrar na reforma, leva a que tenham mais tempo disponível para investir no conhecimento político (Blais 2000 e Franklin 2004). Todavia, estes autores também evidenciam que esta tendência só se verifica até determinada idade, na medida em que a partir da faixa etária considerada “idosa ou sénior” existe um aumento da abstenção. Este aumento é associado a razões claras, de uma maior dificuldade de mobilidade, bem como de uma saúde mais debilitada, relacionadas com o avançar da idade.

Paul Howe (2006) realizou um estudo sobre o conhecimento político e a participação eleitoral no qual compara a realidade de dois países, a Holanda e o Canadá. O autor verificou que uma das mais importantes constatações foi o paralelo surpreendente entre os dois países no que toca à existência de uma lacuna importante no

conhecimento político entre jovens e idosos nos últimos 20 anos. Tendo constatado ainda que essa falta de conhecimento político na Holanda exerceu menos influência sobre a participação eleitoral do que no Canadá. No caso do Canadá a análise aponta que uma das principais razões para os mais salientados efeitos do conhecimento político sobre a participação entre os jovens é a erosão de alguns importantes pilares da participação eleitoral. A falta de alguns estímulos tradicionais para votar, como o sentido do dever cívico, identidade partidária e envolvimento religioso, os jovens do Canadá demonstram maior sensibilidade de decisão para votar do que os mais velhos. No entanto, na Holanda são os jovens que são igualmente indiferentes aos estímulos tradicionais referidos. Neste estudo o autor procura assim demonstrar a importância da relação entre o conhecimento político e a participação eleitoral ao longo de gerações para a estabilidade das democracias, e, confirmar a característica quadrática do fator idade enquanto influenciador da participação eleitoral, salientando que nestes dois segmentos, jovens e idosos existe uma tendência de abstenção elevada. Os jovens por falta de estímulo, envolvimento ou conhecimento político, os idosos pela dificuldade de mobilidade.

Eric Plutzer (2002), na busca de procurar uma explicação teórica sobre o aumento da propensão de voto com a idade, fundamenta-o com os custos de votar e com os hábitos criados de participação nas decisões da sociedade em geral. Mark Franklin (2004) revela que as faixas etárias mais novas de eleitores são diretamente responsáveis por variações nas taxas de abstenção. O autor para além de corroborar a tese anterior, a qual defende que a propensão para o voto aumenta com a idade, realça também as diferenças existentes entre as taxas de participação dos jovens e de outras faixas etárias mais idosas quando eram mais jovens, o que o leva a concluir que cada geração tem características distintas.

Em Portugal num estudo realizado sobre os determinantes da abstenção nas eleições legislativas de 2002, os autores do mesmo na sua análise reforçam a ideia da importância crucial da idade como variável explicativa, destronando a educação que se destaca na literatura como o principal determinante da participação (Viegas e Faria 2004).

A idade dos indivíduos é assim vista como indicador de um mais longo percurso de aquisição de conhecimentos e experiências políticas, sendo por isso, considerado um dos indicadores mais frequentemente usados para aferir da disponibilidade de recursos suscetíveis de serem usados para a explicação da participação eleitoral.

e) Grupos Associativos

Nas sociedades modernas os indivíduos pertencem a diferentes grupos sociais que desempenham um papel importante na sua vida, desde os de longa duração aos mais ligeiros, dos mais informais aos mais formalmente organizados (Putnam 2002).

Efetivamente a envolvimento dos cidadãos em grupos associativos torna as comunidades mais responsáveis e mais interessadas nos assuntos públicos, promovendo o seu interesse e vontade de contribuir para o desenvolvimento nacional, regional e local.

O associativismo, bem como outras formas de movimentos sociais, possui as suas especificidades e características, marcadas pela existência de diferenças regionais, o grau de desenvolvimento, compreensão, organização e planeamento. Por isso, a pertença a um determinado movimento associativo, sobretudo ao nível local, é na maior parte das vezes relacionado com o próprio desenvolvimento da comunidade onde o indivíduo se insere, o qual tem como principal objetivo dar resposta a determinadas necessidades e desenvolvimento de ações em prol do interesse local.

De acordo com Putnam (2002), as associações civis contribuem para a eficácia e a estabilidade do governo democrático, não só pelo impacto dos seus efeitos sobre o indivíduo, bem como sobre a sociedade. Internamente estas associações incutem aos seus membros, hábitos de cooperação, solidariedade e espírito público. Neste sentido, a participação em organizações cívicas desenvolve o espírito de cooperação e o senso de responsabilidade comum para com os empreendimentos coletivos. Além disso, quando os indivíduos pertencem a grupos diversos com diferentes tipos de objetivos e membros, as suas atitudes acabam por se tornar mais moderadas, cuja causa é atribuída não só pelas influências da interação grupal, como também pelas múltiplas pressões (sociais, políticas ou outras) a que os seus membros estão sujeitos.

Assim, a força social das associações e sobretudo ao nível local está na sua capacidade de, através de um processo construtivo adequado, conseguir ampliar o conhecimento, e desenvolver a capacidade de ação do grupo e das atividades realizadas de forma comunitária, com espírito coletivo. Só através deste processo de construção é possível determinar uma norma de cidadania emancipada, fortalecer e alargar as discussões, no sentido de induzir e suportar o processo de desenvolvimento dos cidadãos.

Geralmente estas associações são constituídas por grupos de pessoas que, voluntariamente se associam com os mesmos objetivos de prossecução de determinados planos de ação, em benefício de causas públicas. Reúnem indivíduos interessados em concretizar a sua condição de cidadãos de uma forma mais ativa, cuja presunção é sobretudo agir e intervir na sociedade, de modo a, transformar e construir uma sociedade melhor. Desta forma, podemos considerar que estes movimentos associativos funcionam como agentes ativos de uma comunidade, enquanto aglutinadores de fins específicos e fatores determinantes para a construção de uma cultura mais participativa.

Num estudo desenvolvido por Almond e Verba (1989), os autores argumentam que o conceito de cultura política se estabeleceu como uma área de conhecimento da ciência Política, sendo que esta surgia como o conjunto de crenças, valores e sentimentos, que interligam os indivíduos no e ao sistema político. Nesse importante estudo, os autores focalizaram a sua análise em cinco países diferentes, através da qual assinalaram cinco culturas patrióticas diferentes e que, por isso, os levaram a defender que quanto maior for a estabilidade democrática maior será a envolvimento dos cidadãos na agenda pública, estando assim as duas associadas.

Uma cultura política participativa, está assim associada a uma sociedade onde os seus agentes estão mais informados sobre os problemas que afetam a sociedade, o que os leva a um maior desejo em participar. As diversas associações que existem acabam assim, por gerar uma dinâmica mais participativa o que leva a uma maior motivação nos cidadãos para a participação eleitoral. Além destas associações desempenharem um papel importante na construção da própria agenda política, elas conseguem promover redes de conhecimento que favorecem a existência de comunidades mais participantes e consequentemente mais responsáveis. É ainda, nestas instituições da sociedade civil que os indivíduos fazem a sua aprendizagem de competências cívicas que os incentivam a uma maior participação política, o que faz com que essas associações funcionem como instituições de promoção da democracia (Verba *et al.* 1995).

2.3.2. Variáveis Sistémicas

Neste grupo incluímos estudos que procuram identificar as variáveis sistémicas que influenciam o comportamento eleitoral. Há estudos que argumentam que apesar das características pessoais terem um papel fundamental na determinação da participação

política, apenas mostram uma parte da realidade, na medida em que não conseguem explicar a variação substancial entre os países ou as flutuações entre eleições dentro do mesmo país (Egmond, Graaf e Eijk 1998). Para estes autores a explicação dessas flutuações implica que a atenção não pode ser concentrada apenas nas características individuais, mas também no contexto onde os mesmos estão inseridos. Outros estudos, como por exemplo os de, André Blais e Kennech Carty (1990) ou de Powell (1986) evidenciam as características sistêmicas das eleições e dos sistemas políticos.

Todavia, importa referir que na literatura deparamo-nos com opiniões de autores que defendem que a não inclusão de variáveis individuais pode limitar a explicação ao nível agregado no caso de se querer extrapolar as conclusões dos dados (Egmond, Graaf e Eijk 1998).

Por isso, encontramos na literatura um número razoável de estudos que confirmam a explicação da participação eleitoral em função das variáveis sistêmicas. Vários investigadores defendem que rácios de participação diferentes podem ser explicados através de fatores como a importância política e institucional das eleições, as características dos partidos e do sistema político, bem como o próprio sistema eleitoral (Blais e Arty 1990; Blais e Dobrzyńska 1998, Powell 1986). Porém, e não obstante o êxito destas análises em termos da explicação das discrepâncias verificadas, alguns investigadores consideram-nas incompletas, a menos que seja apresentada argumentação válida de que as propriedades possam ser entendidas em termos de motivos individuais (Lane e Ersson 1990).

Eva Perea (2002) defende que se todos os eleitores não precisarem de ter as mesmas ligações ao sistema político, também o impacto das características políticas não é o mesmo para todos os indivíduos, uma vez que, uns podem ser sensíveis a incentivos institucionais para a participação presentes no seu contexto político, outros podem reagir de modo diferente e outros ainda, podem ser unicamente desatentos a tais incentivos.

A mesma autora num estudo que realizou entre 15 países da Europa Ocidental, analisou a interação entre as características individuais e incentivos institucionais na abstenção eleitoral, tendo como enfoque a interação entre essas duas variáveis, mostrou que o efeito dos recursos e motivações individuais dos eleitores na abstenção não é constante. Por outro lado, verificou que o efeito dos incentivos institucionais, como a votação obrigatória, as instalações da votação, a lei eleitoral depende do nível dos recursos dos eleitores. A autora acaba por concluir que existe uma relação

interativa entre as variáveis individuais e sistêmicas que afetam a abstenção eleitoral, a qual pode ser interpretada de dois modos. Um deles é o de que em alguns contextos os incentivos institucionais desempenham um papel mais importante do que noutros. O outro é o de que as características do ambiente institucional não têm o mesmo efeito na probabilidade de abstenção para todos os indivíduos, na medida em que, uns são mais sensíveis àquelas características do que outros e, em outros casos, o efeito das características sistêmicas pode provocar mudanças de direção para cidadãos favorecidos e desfavorecidos (Perea 2002).

2.4. Diferença de participação entre níveis de governo

Karlheinz Reif e Hermann Schmitt no artigo sobre as Eleições para o Parlamento Europeu de 1979 sugeriam que é possível fazer uma distinção entre os diversos tipos de eleições com base na importância que os eleitores lhes atribuem. E sugeriam que essa distinção tem implicações previsíveis relativamente aos tipos de continuidades e desvios dos padrões de comportamento eleitoral e de resultados globais os quais devem ser observados (Reif e Schmitt, 1980).

As eleições legislativas categorizadas de primeira ordem, são aquelas cujos resultados têm consequências diretas na distribuição de cargos políticos a nível nacional e, por conseguinte, no controlo do aparelho governamental. Têm, portanto, muito mais relevo para os eleitores, especialmente quando são altamente competitivas e as diferenças políticas entre os principais adversários são claras e contrastantes (Schmitt, 2005).

Já em relação às eleições categorizadas de segunda ordem, as quais englobam todas as restantes eleições, (Parlamento Europeu, Presidenciais e Autárquicas) prevalece a ideia de que há menos em jogo pelo facto de não determinarem quem irá controlar o executivo.

De acordo Braulio Fortes e Pedro Magalhães (2005), esta diferença tem várias implicações, a primeira tem a ver com uma menor probabilidade dos cidadãos votarem nas eleições de segunda ordem, a segunda esta relacionada com o facto de que quando os cidadãos votam, esse voto deverá refletir preferências e preocupações que estão especialmente relacionadas com o cenário eleitoral nacional de primeira ordem. Além disso, podem-se esperar diversas diferenças sistemáticas na votação das

eleições de primeira e segunda ordem, nomeadamente as eleições de segunda ordem acarretam perda de votos para os grandes partidos quando comparadas com as eleições anteriores de primeira ordem. Esta situação acontece especialmente para os partidos do governo quando as eleições se realizam em altura do ciclo eleitoral, isto é, a meio do mandato, altura em que a popularidade do governo é mais baixa. As razões apontadas, são essencialmente duas, a primeira pelo facto de nas eleições de segunda ordem não existirem incentivos para o eleitor recorrer ao voto estratégico para a constituição de um governo e por isso os eleitores sentem-se mais livres para manifestarem o seu apoio por um partido mais próximo das suas preferências em detrimento de optarem por um dos grandes partidos. A outra razão prende-se com o facto dos apoiantes do partido do governo saberem que o seu voto não tem consequências diretas em termos de mudanças na composição partidária do executivo e por isso, sentem-se mais livres para expressarem através do voto a sua insatisfação com o desempenho do governo. Estudos realizados sobre eleições locais, regionais e estaduais corroboraram estas implicações (Anderson e Ward 1996; Freire 2004; Jeffrey e Hough 2001). As mesmas implicações foram também confirmadas por estudos relacionados com as eleições para o parlamento europeu (Carruba e Timponi 2005; Eijk e Franklin 1996). Outras eleições também consideradas de segunda ordem, como as presidências em regimes semipresidenciais, como é o caso de Portugal, não tem sido incluídas nestes estudos, devido à sua designação – semipresidencialismo – ou sistema misto em que os Chefes de Estado são eleitos e coexistem com os chefes do Governo responsáveis perante o parlamento (Eijk, Franklin e Marsh, 1996; Brug, Eijk e Marsh 2001). As eleições presidenciais têm sido muito pouco abordadas na literatura, e são sobretudo, ao nível de duas questões essenciais, a definição do seu sistema político e as suas implicações para a estabilidade. Talvez por isso, as eleições presidenciais em regimes semipresidenciais têm sido negligenciadas na literatura sobre o comportamento eleitoral (Braulio e Magalhães 2005).

3. Contextualização do Estudo

3.1. Participação Eleitoral em Portugal

Como já referimos, é efetivamente através do exercício do direito de voto que nos países democráticos os cidadãos elegem os titulares dos órgãos de decisão política, de forma a influenciar o curso das políticas públicas. A importância dada à participação

cívica dos cidadãos para o sistema democrático, levou a que nas últimas décadas o interesse pelo estudo dos fatores que possam tornar os cidadãos mais participativos na vida política do seu país, tivesse aumentado exponencialmente.

Em Portugal, a participação dos cidadãos na vida pública é caracterizada de débil, tendo em conta que os seus níveis de participação se apresentam como relativamente baixos. O estudo empírico realizado por António Montalvo (2003) revela um nível de participação cívica muito baixo e defende que o mesmo resulta, em grande parte, da subordinação do seu exercício a procedimentos formais absorvidos por uma excessiva racionalidade jurídico-administrativa que os torna excessivamente burocráticos. Se por um lado os cidadãos ao nível local valorizam os seus órgãos municipais pela importância da sua atividade na satisfação das suas necessidades, por outro, queixam-se da dificuldade de poderem participarem cívica e ativamente provocada pelo excesso de burocracia nos respetivos procedimentos. O autor defende ainda que a questão da baixa participação está ligada à relação dos cidadãos com os órgãos, sobretudo locais, a qual está centrada numa única motivação, a satisfação das suas necessidades diretas e pessoais. O autor além de enfatizar o excesso de burocracia nos procedimentos que conduzem à efetiva participação cívica, aponta como uma das razões, a falta de vontade dos políticos, sobretudo ao nível local para a promoção de formas de participação informais dos cidadãos. E, salienta também que este comportamento dos políticos se deve ao facto de, por um lado a participação cívica reduzir a margem de livre decisão dos políticos locais, reconhecendo-lhe por outro lado, um efeito atrasador no processo de tomada de decisão, alertando que a agilidade deste é, por vezes, confundida com uma gestão eficaz.

É esta distância e afastamento entre os políticos e cidadãos que se traduz num crescimento cada vez mais evidente das taxas de abstenção nos diversos tipos de atos eleitorais que se têm realizado em Portugal. Para o nosso estudo de caso, os atos eleitorais que importam são as eleições legislativas e autárquicas.

Conforme já referimos, as primeiras visam escolher o corpo governativo do país e o parlamento, e assumem-se como as mais importantes, ou de primeira ordem, visto serem aquelas que por lei, conferem maior poder aos eleitos, já as autárquicas são categorizadas como eleições de segunda, sendo que ambas se realizam em períodos de quatro anos. A nível nacional é eleita a Assembleia da República (Governo e Parlamento) e a nível local elegem-se os governantes das estruturas locais (Câmara Municipal, Assembleia Municipal e Assembleias de Freguesia).

Neste contexto, faremos uma análise à evolução da abstenção eleitoral verificada nas eleições legislativas desde 1976 até 2009 em três dimensões, nomeadamente, nacional, distrital e concelhia, seguida de uma análise à evolução da abstenção eleitoral verificada nas eleições autárquicas no mesmo período de tempo, também esta nas três dimensões atrás referidas. Posteriormente, faremos análise comparativa da evolução da abstenção eleitoral nos dois tipos de eleição (ver tabela 1).

Tabela 1 – Taxa de abstenção eleitoral das eleições Legislativas e Autárquicas entre 1976 a 2009

TAXA DE ABSTENÇÃO NAS ELEIÇÕES AUTÁRQUICAS E LEGISLATIVAS 1976-2009 (Concelho – Distrito – País)						
Data	Eleições Autárquicas			Eleições Legislativas		
	Baião	Porto	Portugal	Baião	Porto	Portugal
25.04.76				29,07 %	11,70 %	16,47 %
12.12.76	27,04 %	24,96 %	35,34 %			
02.12.79				18,90 %	33,21 %	17,13 %
16.12.79	31,46 %	22,31 %	28,26 %			
05.10.80				22,74 %	17,39 %	16,06 %
12.12.82	27,04 %	24,96 %	28,95 %			
25.04.83				33,79 %	18,02 %	22,21 %
06.10.85				37,52 %	21,24 %	25,84 %
15.12.85	27,76 %	34,20 %	36,98 %			
19.07.87				37,08 %	21,99 %	28,43 %
17.12.89	32,78 %	37,48 %	39,14 %			
06.10.91				38,45 %	27,71 %	32,22 %
12.12.93	26,87 %	33,58 %	36,57 %			
01.10.95				38,02 %	28,78 %	37,70 %
14.12.97	27,24 %	37,89 %	39,90 %			
10.10.99				44,27 %	35,37 %	38,91 %
16.12.01	22,27 %	39,84 %	39,88 %			
17.03.02				37,77 %	34,51 %	38,52 %
20.02.05				36,94 %	39,92 %	35,74 %
09.10.05	21,86 %	35,34 %	39,06 %			
27.09.09				39,89 %	35,08 %	40,32 %
11.10.09	27,65 %	36,38 %	40,97 %			
Média Tx.Abst.	27,20%	32,70 %	36,51 %	34,54 %	27,08 %	29,13 %

Fonte: Dados retirados de: <http://www.cne.pt>

3.2. Análise Comparativa da Evolução da Abstenção Eleitoral nas Eleições Legislativas e Autárquicas, ao nível do País, Distrito e Concelho

Eleições Legislativas

Nível Nacional

Embora não contemplada no presente estudo, nas primeiras eleições legislativas que se realizaram em Portugal após a Revolução de 25 de Abril de 1974, no ano de 1975, registou-se uma taxa de abstenção de 8,34%, em que a forte participação se deveu à época conturbada que se vivia decorrente do fim de um Regime de Ditadura, bem como dos movimentos da revolução.

A partir daí a taxa de abstenção, conforme se pode constatar através da tabela, acima indicada, em 1980 disparou para aproximadamente o dobro, tendo-se registado uma taxa de abstenção 16,06% e nunca mais parou de crescer. Nem mesmo no ano de 1999, aquando duma limpeza efetuada aos cadernos eleitorais, imposta pelo novo Sistema de Recenseamento Eleitoral, em que apesar disso, a abstenção disparou para os 38,91% verificados em 1999. Tendo nesta altura, a percentagem da abstenção sido superior à votação do partido vencedor naquele ato eleitoral (Magalhães 2001). De salientar que, apenas se verificou um decréscimo da abstenção de aproximadamente, 3,78 pontos percentuais nas eleições legislativas realizadas entre os anos de 2002 e 2005.

E, se olharmos para o panorama mais recente, verificamos que a abstenção continua a crescer conforme se pode constatar através dos resultados obtidos nas eleições legislativas de 2009, com um nível da taxa de abstenção bastante elevada, na ordem dos 40,32 ou nas eleições de 2011 que embora não estejam abrangidas no presente estudo, apresentam uma taxa ainda superior, na ordem dos 41,10%. O País apresenta assim uma taxa média de abstenção eleitoral nas Eleições Legislativas realizadas entre os anos de 1976 e 2009 de 29,13%.

Nível do Distrito do Porto

Ao nível do Distrito do Porto, conforme podemos verificar, tal como no País regista-se um aumento da taxa de abstenção eleitoral, embora entre os anos de 1976 e 1979, o aumento (de 11,70 % para 33,21 %) seja relativamente superior ao verificado no País que foi muito pouco significativo (de 16,47% para 17,13%). Contudo, a partir daí e apesar do crescimento da abstenção, este foi sempre ligeiramente menor ao verificado a nível nacional de aproximadamente menos 4 a 5 pontos percentuais. Salienta-se, no

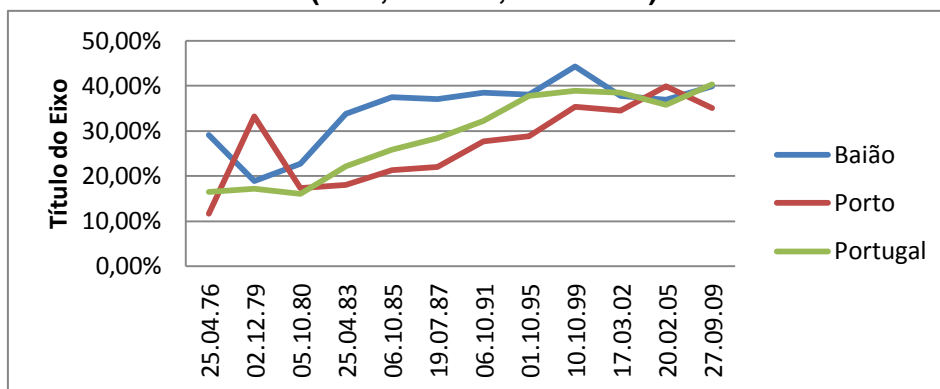
entanto, o facto de no ano de 2005 se ter registado uma taxa de abstenção superior (4,18 pontos percentuais) em relação à verificada no País. O Distrito apresenta assim uma taxa média de abstenção eleitoral nas Eleições Legislativas realizadas entre os anos de 1976 e 2009 de 27,08%, inferior em 2,05 pontos percentuais à verificada no País.

Nível Local – Concelho de Baião

Ao nível do concelho de Baião, podemos verificar que se registou uma taxa de abstenção na maior parte das eleições legislativas, significativamente superior à verificada, quer ao nível do Distrito, quer do País. À exceção das eleições legislativas realizadas nos anos de 2002 e 2009, que apesar de apresentar uma taxa de abstenção superior à verificada no Distrito, é, contudo inferior à verificada a nível nacional. Salienta-se assim o facto do Concelho de Baião em relação às eleições legislativas realizadas entre os anos de 1976 e 2009, apresentar uma taxa média de abstenção eleitoral de 34,54%, bastante superior à verificada no Distrito e do País, de respetivamente, 27,08% e 29,13%.

Gráfico nº 1: Síntese Comparativa – Eleições Legislativas

(País, Distrito, Concelho)



Fonte: Dados retirados de: <http://www.cne.pt>

Da leitura do gráfico nº 1, podemos constatar que neste tipo de eleição o Concelho de Baião apresenta uma taxa de abstenção sempre superior à verificada ao nível do Distrito e do País à exceção das eleições realizadas em 1979 que apresentam uma taxa ligeiramente inferior à do país, mas bastante inferior à verificada no Distrito do Porto, a qual se situou acima dos 30%.

Eleições Autárquicas

Nível Nacional

Ao nível nacional as eleições autárquicas são consideradas uma das eleições que apresentam uma das mais elevadas taxas de abstenção. Como podemos verificar pela tabela nº 1, nas primeiras eleições realizadas em 1976, registou-se uma taxa bastante elevada na ordem dos 35,34 %, tendo-se verificado um decréscimo significativo para os 28,26 % e os 28,95 % nas eleições de 1979 e 1982, respetivamente. Nos atos eleitorais seguintes voltou a registar-se um ligeiro aumento, disparando para os 36,98 % e 39,14 % nas eleições de 1985 e 1989 e posteriormente um ligeiro decréscimo nas eleições 1993 para os 36,57%. Entre 1997 e 2009 a taxa de abstenção manteve-se mais ou menos estável, situando-se entre os 39,90 % e os 40,97%. O País apresenta assim uma taxa média de abstenção eleitoral nas eleições autárquicas realizadas entre os anos de 1976 e 2009, de 36,51 %.

Nível do Distrito do Porto

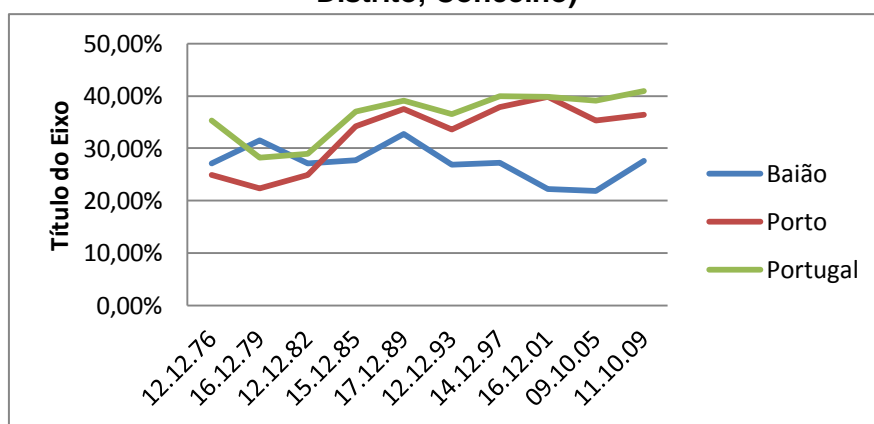
Ao nível do Distrito do Porto, conforme podemos verificar, tal como no País regista-se uma evolução da taxa de abstenção eleitoral nas eleições autárquicas no sentido crescente até às eleições de 1989, cuja taxa aumentou dos 24,96% verificados em 1976, para os 37,48% em 1989. Nas eleições seguintes realizadas em 1993 assistimos a um decréscimo de 4,90 pontos percentuais, o qual corresponde a uma taxa de 33,58%, verificada naquele ato eleitoral. No entanto, as eleições realizadas em 1997 e 2001, voltam a apresentar uma taxa de abstenção novamente no sentido crescente, para os 37,89% e 39,84%, respetivamente. Evidencia-se aqui, o facto de ser o ano de 2001 em que a abstenção eleitoral em eleições autárquicas atinge o seu pico mais alto (39,84%) no Distrito do Porto. O Distrito do Porto apresenta assim uma taxa média de abstenção eleitoral nas eleições autárquicas realizadas entre os anos de 1976 e 2009, de 32,70 %, uma taxa de abstenção inferior em relação à verificada no país em 3,81 pontos percentuais.

Nível Local – Concelho de Baião

Ao nível do concelho de Baião, podemos verificar que se registou uma taxa de abstenção nas eleições autárquicas, significativamente inferior à verificada, quer ao nível do Distrito, quer do País. Através da tabela nº 1, podemos constatar que se registou uma taxa de abstenção situada entre os 21,86% no ano de 2005 e os quase 28% nos outros atos eleitorais, à exceção dos anos de 1979 que registou uma taxa de 31,46% e 1989, que registou uma taxa de 32,78%, atingido aqui o seu pico mais alto

ao nível do Concelho neste tipo de eleição. Salieta-se ainda o facto de, entre os anos de 1997 e 2005 assistirmos a uma diminuição dos 27,24% para os 21,86%, respetivamente, a qual corresponde a uma descida de 5,38 pontos percentuais. Sendo que no ano de 2009 regista-se novamente um aumento, muito próximo dos mesmos pontos percentuais, para uma taxa de abstenção de 27,65%. Assim, o Concelho de Baião em relação às eleições autárquicas realizadas entre os anos de 1976 e 2009, apresenta uma taxa média de abstenção eleitoral de 27,20%, bastante inferior à verificada no Distrito (- 5,50 pontos percentuais) e à verificada no País (- 9,31 pontos percentuais).

Gráfico nº 2: **Síntese Comparativa da Abstenção – Eleições Autárquicas (País, Distrito, Concelho)**



Fonte: Dados retirados de: <http://www.cne.pt>

Conforme podemos aferir através da leitura do gráfico nº 2, a média da abstenção nas eleições autárquicas no Concelho de Baião, tem sido bastante inferior ao longo da base temporal em estudo, em comparação com a verificada no Distrito, que apesar de ser inferior à verificada no País, é superior à do Concelho, à exceção das eleições realizadas em 1979 que apresentaram uma taxa de abstenção superior à do País bem como do Distrito.

3.3. Síntese conclusiva da evolução da participação em Portugal

Conforme tivemos oportunidade de constatar através das análises atrás efetuadas, as taxas de participação nos dois tipos de eleição cíclicas realizadas em Portugal após o 25 de Abril de 1974, apresentam diferenças entre si ao longo do tempo. Destacam-se algumas particularidades de cada uma das eleições, nas legislativas evidencia-se uma anormalmente elevada taxa de afluência na primeira eleição, fenómeno que pode ser

alargado até ao princípio da década de 80. As razões deste fenómeno devem-se ao facto das mesmas se enquadrarem num período quente da história nacional e por isso revestirem-se dum papel crucial para o futuro da democracia em Portugal. Uma outra razão apontada deve-se ao longo tempo em que os portugueses estiveram privados da capacidade de escolha pública, pelo que estes primeiros passos em eleições livres entusiasmarão os cidadãos a participar e criaram muita expectativa.

É de salientar a rápida adaptação da sociedade ao novo regime político, podendo este processo ser comparado ao que se verificou em países com um percurso democrático semelhante ao nosso, como foi o caso da Espanha e da Grécia (Jackman e Miller 1995).

No que respeita às eleições autárquicas, estas parecem ser aquelas que apresentam menor variação ao longo do tempo e por isso, com menores flutuações na participação.

Assim ao analisar a evolução da participação em Portugal ao longo do tempo, constatamos que os resultados são unânimes em apontar um decréscimo da taxa de participação, pelo que podemos confirmar que esta tendência é significativa, sendo contudo, em menor escala para as eleições autárquicas.

3.4. Contexto eleitoral em 2009

O ano de 2009 coincide com o último ano da base temporal do presente estudo e pode ser considerado um ano atípico em questões eleitorais, uma vez que neste ano se realizaram três atos eleitorais, designadamente, as eleições para o Parlamento Europeu, para a Assembleia da República e para as Autarquias Locais. Analisar em simultâneo a participação nas eleições legislativas e autárquicas do ano de 2009 torna-se importante porque permite evidenciar as suas diferenças e semelhanças. A realização das eleições legislativas em 27 de Setembro de 2009 e as autárquicas em 11 de Outubro do mesmo ano, cujo espaço de tempo entre os dois atos eleitorais é de aproximadamente 15 dias, apresenta-se como uma boa oportunidade para avaliar as semelhanças e diferenças de comportamento eleitoral entre elas. Pois entre a realização de uma e outra eleição, os fatores de caracterização social e as condições económicas mantêm-se praticamente inalteradas, o que permite salientar mais eficazmente as diferenças estruturais de comportamento.

Tabela nº 2: Taxa de Abstenção Eleitoral - Eleições Legislativas e Autárquicas de 2009

Taxa de Abstenção Eleitoral - Eleições Legislativas e Autárquicas de 2009		
Concelho/Distrito/País	Eleições Legislativas	Eleições Autárquicas
Baião	39,89%	27,65%
Porto	35,08%	36,38%
Portugal	40,32%	40,97%

Neste contexto e analisando a tabela nº 2, constatamos que no ano de 2009, no Concelho de Baião a diferença da taxa de abstenção entre as eleições legislativas e autárquicas é bastante significativa, isto é de 12,24 pontos percentuais, o que significa que os cidadãos de Baião participaram muito mais nas eleições autárquicas do que nas legislativas. Já no Distrito do Porto a diferença é muito pouco significativa, uma vez que a diferença da taxa de abstenção nos dois atos eleitorais é de apenas 1,30%, com os cidadãos do distrito a participarem um pouco mais nas autárquicas do que nas legislativas. Entretanto os dados mais importantes a retirar desta análise, são ao nível da leitura em termos nacionais, pois ao longo dos anos verificava-se uma diferença de participação bastante significativa, apresentando sempre maiores taxas de abstenção em eleições autárquicas do que nas legislativas, sendo que no ano de 2009 a diferença da taxa de abstenção é praticamente nula (0,65%), ou seja, não houve grande diferença de afluência entre elas. Acreditamos que esta pequena diferença se deve ao facto das duas eleições se realizarem num espaço de tempo muito próximo, o que nos leva também a concordar com a tese de alguns autores portugueses, quando referem que apesar das eleições autárquicas possuírem um cariz marcadamente local, nem a sociedade nem os partidos conseguem resistir a uma leitura nacional dos resultados. A prova disso é que os eleitores que votaram nas eleições legislativas de 29 de Setembro de 2009, foram praticamente os mesmos que votaram nas autárquicas de 10 de Outubro do mesmo ano, o que contraria a tese de alguns autores que defendem que o votante das legislativas não é necessariamente o votante das autárquicas.

Importa salientar que a grande diferença da taxa e abstenção (19,25 %) entre as eleições legislativas e autárquicas em 2009 e os cidadãos do Concelho e Baião a participarem mais nas segundas do que nas primeiras, pode ser explicada pela focalização das autárquicas nos temas locais, o que pode contribuir para incentivar os

indivíduos a votar mais nestas eleições. Pois uma maior proximidade das pessoas com os temas e com os candidatos pode permitir uma maior compreensão e uma vivência mais intensa relativamente às questões centrais da eleição.

Entretanto, não nos podemos esquecer que em 2009 a taxa de abstenção nestes dois atos eleitorais atinge a nível nacional os maiores valores de sempre, 40,32% e 40,97% nas legislativas e autárquicas respetivamente.

4. Breve caracterização do Concelho de Baião

Historicamente, o povoamento do concelho remonta ao período pré-histórico, cujos inúmeros vestígios arqueológicos de cultura dolménica comprovam. A sua história prolonga-se pela Idade Média, onde a origem do topónimo indicia a ligação ao nome de D. Arnaldo de Baião, nobre que se estabeleceu na Galiza, cerca do século X, e a quem pertenceu o território de Baião, em Portugal. Já no século XVI (1 de Setembro de 1513), D. Manuel concedeu-lhe carta de foral. Posteriormente, foram donatários de Baião os Ataídes, que detiveram o senhorio até finais do antigo regime.

O Concelho de Baião situa-se na Região Norte de Portugal, pertence ao Distrito do Porto e encontra-se integrado na Região do Tâmega (NUT III). Baião estabelece fronteira com os concelhos de Amarante e Marco de Canaveses (distrito do Porto); Santa Marta de Penaguião, Peso da Régua e Mesão Frio (distrito de Vila Real); Resende e Cinfães (distrito de Viseu).

A uma distância de 70 Km da cidade do Porto, o Concelho de Baião estende-se por uma área de 174,3 km², e tem uma densidade populacional de 128,3 Ha/Km². O Concelho está organizado, administrativamente, em vinte freguesias, estando o Município sediado na freguesia de Campelo. As outras dezanove freguesias são: Ancede, Frende, Covelas, Gestaço, Gôve, Grilo, Ovil, Mesquinhata, Loivos da Ribeira, Loivos do Monte, St.^a Marinha do Zêzere, St.^a Cruz do Douro, Santa Leocádia, Teixeira, Teixeiró, Tresouras, Valadares, Viariz e Ribadouro. A Oeste do Território de Baião, situam-se as freguesias de Ovil, Campelo, Grilo e Mesquinhata. A Norte (separando o concelho de Amarante) temos Loivos do Monte, Gestaço, Teixeira e Teixeiró. Bem no interior do território Baionense, em zona de Planalto e no sentido norte-sul, ficam as freguesias de Viariz, Valadares e Gôve.

A Reforma da Administração Pública, na qual se inclui a Reforma da Administração Autárquica, é necessária como um todo sequencial, articulado e harmonizado entre os

níveis dos Poderes, Central, Regional e Local. Contudo o consenso foi muito difícil de obter, na medida em que a maior parte dos autarcas, defende que, mais importante do que extinguir freguesias, é definir para estes órgãos do Poder Local o alargamento de competências acompanhadas do respetivo pacote financeiro, motivando-as e criando-lhes a necessidade, desta forma, para ganharem escala através da livre associação e não por imposição legal.

Apesar do diferendo entre autarcas, população e governo, a reorganização administrativa local prosseguiu, com a aprovação e promulgação da Lei nº 22/2012, de 30 de Maio, a qual previa a eliminação de aproximadamente 1.100 freguesias, das 4.200 existentes em Portugal. No caso concreto do Concelho de Baião, foram extintas 6 freguesias, passando assim de 20 para 14 freguesias. Assim, as seis freguesias agora extintas serão agregadas a outras freguesias, designadamente, a Freguesia de Ovil à de Campelo (União de Freguesias de Campelo e Ovil); Ribadouro à Freguesia de Ancede (União de Freguesias de Ancede e Ribadouro); Covelas à Freguesia de Santa Cruz do Douro (União de Freguesias de Santa Cruz do Douro e Covelas); Tresouras à Freguesia de Loivos da Ribeira (União de Freguesias de Loivos da Ribeira e Tresouras) e, Teixeira à Freguesia de Teixeira (União de Freguesias de Teixeira e Teixeiró).

O Concelho de Baião estende-se ao longo de montanhas e vales, da Serra do Marão até ao Rio Douro, onde se entrecruzam realidades geográficas, sociais e culturais diversas, com matrizes do Entre-Douro e Minho e Trás-os-Montes. É o mais rural dos concelhos do distrito do Porto, na periferia das periferias. O Rio Ovil traça uma diagonal, no sentido nordeste-sudoeste, nascendo em Loivos do Monte e desaguardo em Ribadouro, junto ao lugar da Pala. O território concelhio, situado na margem direita do Rio Douro, área também denominada de Douro Inferior, confronta no quadrante norte com o sistema orográfico principal da Serra do Marão, sendo atravessado longitudinalmente pelos subsistemas montanhosos das serras da Aboboreira e do Castelo. Estas cadeias montanhosas circunscrevem os vales do Rio Ovil, do Rio Teixeira e da Ribeira do Zêzere, afluentes do Rio Douro.

De acordo com o Instituto Nacional de Estatística e tendo como base os dados estatísticos dos Censos realizados em 2011, a população é constituída por 20 522 indivíduos, dos quais 47,8% são do sexo masculino e 52,2% do sexo feminino. Constatamos assim que o concelho na década 2001-2011, perdeu cerca de 1833 indivíduos, o que corresponde a uma variação negativa da população residente (-8,20%), superior à verificada entre 1991 e 2001 de (-0,4%). Dos residentes, 3. 112

(15,17%) têm entre os 0-14 anos, 2.665 (12,93%) situam-se entre os 15-24 anos, 10.921 (53,21%) entre os 25-64 anos e 3.834 (18,69%) com mais de 65 anos. Salienta-se o facto de entre 2001 e 2011 o índice de envelhecimento aumentar dos 78,6% para 125,66%, o que denota uma população bastante envelhecida a residir no Concelho.

Relativamente à escolaridade da população residente no concelho, verifica-se um decréscimo da taxa de analfabetismo nos últimos dez anos, na ordem dos 5,88 pontos percentuais, apresentando assim uma taxa de analfabetismo de aproximadamente 10,22 %. Dos residentes, 2.563 indivíduos (12,48%) não possuem nenhum nível de educação; 8.395 (40,90%) o 1º Ciclo, 2.543 (12,39%) o 2º Ciclo, 3.138 (15,29%) o 3º Ciclo; 2.272 (11,07%) Ensino Secundário, 101 (0,49%) o Ensino Pós-Secundário e 1.133 (5,52%) o Ensino Superior e 377 (1,83%) frequentam o ensino pré-escolar. Tal como se verifica no País, o Concelho de Baião também apresenta uma taxa de desemprego bastante elevada, na ordem dos 19,36%, sendo que se desagregarmos esta taxa, por sexo verificamos uma taxa de 12,65% nos homens e 29,45% nas mulheres. Da população desempregada 458 indivíduos procuram o primeiro emprego e 1.121 procuram novo emprego. Relativamente à população residente economicamente ativa, registam-se 8.156 indivíduos ativos, sendo que 4.900 são homens. Da população ativa, 6.577 indivíduos estão empregados, dos quais 4.289 são homens, sendo que, 291 indivíduos trabalham no setor primário (agricultura, silvicultura, pecuária, pesca e caça), 2.981 no setor secundário (indústrias extrativas e transformadoras, construção civil, eletricidade, água e saneamento) e 3.305 no setor terciário (administração pública e empresarial, os serviços sociais e pessoais, comércio, transportes e comunicações, bancos e seguros), resultando assim numa taxa de atividade na ordem dos 39,74%.

Conforme podemos verificar pelas taxas de desemprego e atividade apresentadas a situação económica e social do concelho, não difere muito da apresentada para o país, pois depara-se com um índice de envelhecimento bastante elevado e uma taxa de desemprego bastante expressiva. Aqui a implantação da indústria é escassa. As poucas fábricas que existem, não serão mais de uma dezena, têxteis e uma empresa metalúrgica. A construção civil apesar da crise no setor, continua a ter um peso significativo para os homens, mas obrigando-os a deixarem as suas famílias e a terem que se deslocar para o estrangeiro. Pois, nesta região a emigração ainda continua a ser uma importante válvula de escape, especialmente para a restauração em países como, Suíça e Inglaterra e para a construção civil na Alemanha, França, Luxemburgo, Bélgica e Angola.

PARTE II – ENQUADRAMENTO EMPÍRICO

1. Design da investigação

1.1 Desenvolvimento das hipóteses de trabalho

O objetivo deste trabalho foi perceber as diferenças de comportamento dos eleitores de Baião nos dois atos eleitorais (eleições legislativas e autárquicas), bem como as razões que os levam a tal comportamento.

Foi formulada a seguinte questão de investigação: Quais são os fatores determinantes da participação eleitoral no Concelho de Baião? Sendo assim, este estudo visa realizar uma análise comparativa da participação eleitoral *versus* abstenção, nas eleições legislativas e nas eleições autárquicas no período democrático compreendido entre 1976 e 2009 no concelho de Baião, bem como nos próximos atos eleitorais.

A revisão da literatura indica que os fatores que determinam a participação eleitoral são diversos, podendo ser intrínsecos ou extrínsecos ao indivíduo que se insere numa comunidade, uma vez que cada indivíduo que lhe pertence vive os problemas dessa comunidade de forma diferente e, por isso, as opções de voto também são diferentes. Neste sentido, o fenómeno da participação ou não no ato eleitoral deve ser visto sob uma perspetiva multidimensional, tendo em atenção, essas dimensões de forma individual, mas também de forma complementar.

Assim, para a concretização do objetivo proposto, é importante perceber de que forma as variáveis sócio demográficas, como educação e rendimento, sexo, escolaridade, bem como fatores de atitude política e outras características, como filiação partidária e interesse político, são variáveis importantes na explicação do comportamento eleitoral dos cidadãos residentes em Baião nos vários níveis de Governo. Estudos recentes sugerem que todas estas variáveis podem ter um papel importante no que se refere ao comportamento político dos cidadãos, assim como as variáveis de envolvimento com a comunidade e de envolvimento com as atitudes políticas determinam o comportamento individual de participação ou não no ato eleitoral.

Partimos, assim, do modelo de análise apresentado na secção 1.2. e elaborado com base na contextualização teórica que serve de suporte ao presente estudo, no sentido de dar resposta à questão de partida de investigação. Para tal propósito analisamos as taxas de abstenção verificadas nos dois atos eleitorais durante a base temporal em estudo e em paralelo os resultados decorrentes da aplicação de um inquérito por questionário, referente à participação/abstenção nas duas eleições realizadas no ano

de 2009, bem como da intenção dos eleitores em participarem ou não em caso de haver eleições legislativas antecipadas e ainda da sua intenção em participarem ou não nas eleições autárquicas de 2013.

Para o presente estudo e tendo em conta a pergunta de investigação, foram formuladas as seguintes hipóteses:

H₁: Quanto maior a identificação com um partido, maior é a participação eleitoral.

Na literatura, são encontrados estudos que revelam que variáveis como o interesse na política e a identificação partidária são fatores que incrementam a participação nos atos eleitorais. De acordo com o modelo psicológico do comportamento eleitoral a sua ideia central é a identificação partidária, a qual desempenha o papel de mediador das predisposições psicológicas a longo prazo guiando assim as ações dos cidadãos (Dalton e Wattenberg 1993).

Segundo a perspetiva psicológica as características sociológicas influenciam o desenvolvimento da participação argumentando que ser militante de um partido é mais do que uma simples reflexão política do processo de socialização e do atual *status* social dos eleitores. O conceito, identificação partidária, é usado para descrever a orientação afetiva dos cidadãos em relação a determinado grupo do seu meio. Cada indivíduo vê o mundo político de determinada forma, a qual é influenciada pelas ações que identificam os partidos, dotando-os com meios para tomar decisões de votação e interpretar a curto prazo assuntos políticos e candidaturas, já que os partidos são os atores centrais na maioria dos conflitos políticos (Dalton e Wattenberg 1993).

Assim, o partido aparece como um grupo relativamente ao qual a pessoa pode fomentar determinada identificação de diferentes graus de intensidade, que pode ser positiva ou negativa (Campbell *et al.* 1960). Para os autores do modelo psicológico, a identificação partidária tem um impacto mobilizador e alegam que quanto mais forte é essa identificação partidária, maior é o envolvimento político dos cidadãos e maior é a sua propensão para votar, o que nos levou a estabelecer esta hipótese de trabalho.

H₂: A pertença dos eleitores a grupos associativos está relacionada a uma maior participação eleitoral.

A envolvimento dos cidadãos em grupos associativos torna as comunidades mais responsáveis e mais interessadas nos assuntos públicos, promovendo o seu interesse e vontade de contribuir para o desenvolvimento nacional, regional e local.

O associativismo, bem como outras formas de movimentos sociais, possui as suas especificidades e características, marcadas pela existência de diferenças regionais, o grau de desenvolvimento, compreensão, organização e planeamento. Posto isto, a pertença a um determinado movimento associativo, sobretudo, ao nível local, é, na maior parte das vezes, relacionado com o próprio desenvolvimento da comunidade onde o cidadão se insere, o qual tem como principal objetivo dar resposta a determinadas necessidades e desenvolvimento de ações em *prol* do interesse local. Neste sentido, a participação em organizações cívicas desenvolve o espírito de cooperação e o senso de responsabilidade comum para com os empreendimentos coletivos.

A força social dessas associações ao nível local está na sua capacidade de, através de um processo construtivo adequado, conseguir ampliar o conhecimento e desenvolver a capacidade de ação do grupo e das atividades realizadas de forma comunitária, com espírito coletivo. É através deste processo de construção que é possível determinar uma norma de cidadania emancipada, fortalecer e alargar as discussões, no sentido de induzir e suportar o processo de desenvolvimento dos cidadãos. Assim sendo, os indivíduos interessados reúnem-se no sentido de concretizar a sua condição de cidadãos de uma forma ativa, cuja presunção é sobretudo agir e intervir na sociedade, de modo a, transformar e construir uma sociedade melhor. Desta forma, podemos considerar que estes movimentos associativos funcionam como agentes ativos de uma comunidade, enquanto aglutinadores de fins específicos e fatores determinantes para a construção de uma cultura mais participativa associada a uma sociedade onde os seus agentes estão mais informados sobre os problemas que a afetam, o que os leva a um maior desejo em participar.

Em face do exposto, formulamos esta hipótese de trabalho partindo do pressuposto de que as diversas associações que existem acabam por gerar uma dinâmica mais participativa, o que por sua vez, leva a uma maior motivação nos cidadãos para a participação eleitoral.

H₃: O nível de habilitações literárias e o rendimento mensal estão positivamente relacionados com a participação em atos eleitorais.

De acordo com a literatura o nível de educação é visto como agente que afeta a participação, uma vez que a educação exerce um papel de formador de consciências individuais em relação ao que o rodeia e consequentemente em relação ao Estado. A escola funciona assim, à semelhança da família, como elemento essencial de construção do Estado e do poder político, transmitindo de uma forma ou de outra os valores políticos básicos e promovendo o próprio conhecimento e identificação de cada indivíduo com os símbolos da sua pátria. Nos sistemas democráticos esta transmissão é feita com menor intensidade, dado que existe uma maior flexibilização em relação à transmissão de valores e atitudes políticas. Independentemente do sistema político, regra geral, quanto maior for o nível de escolarização maior será o sentido crítico, conhecimento e capacidade de participação política adquiridos pelo cidadão. Por esta razão, a educação é considerada como agente facilitador da participação eleitoral, uma vez que ajuda a baixar os custos de informação ao tornar as notícias políticas e a informação mais fáceis de processar, estimulando e incentivando o ato de votar e participar. Estudos desenvolvidos por Blais (2000) e Mueller (2003), defendem esta alegação ao confirmarem a importância do nível de educação dos indivíduos para a participação eleitoral. De salientar que, os indivíduos com menor escolaridade apresentam maior dificuldade na análise dos problemas, na avaliação das soluções alternativas, bem como na compreensão do processo de decisão político. Nestas situações, a probabilidade dos indivíduos desenvolverem atitudes de apatia com o sistema político torna-se muito maior, além de que, motivar estas pessoas torna-se um processo muito mais difícil.

Por outro lado, também podemos considerar que as pessoas com menores níveis de rendimento têm menor capacidade financeira para suportar os custos associados à participação como sejam, os custos associados ao processo de recolha de informação, formação de decisão e predisposição para votar. É do conhecimento geral que os problemas económicos sentidos pelas pessoas geram um agravamento das suas preocupações com o bem-estar pessoal, implicando numa maior redução da capacidade de participação política. Segundo a literatura, os mais desprotegidos, como os pobres, desempregados e aqueles que se encontram numa situação financeira crítica têm menor propensão para votar. E os estudos realizados por Rosenstone (1982) confirmam esta tese, quer a título individual quer a título agregado. Todavia, também encontramos na literatura argumentos diferentes que demonstram que a contrariedade económica pode favorecer a participação (Radcliff, 1996). Tendo por base os argumentos atrás expostos, formulamos a presente hipótese de trabalho,

de forma a percebermos a relação do nível de literacia dos eleitores e do seu rendimento com a participação eleitoral.

H₄: Os eleitores do concelho de Baião consideram as eleições autárquicas mais importantes do que as Legislativas.

Em Portugal os eleitores consideram as eleições legislativas mais importantes do que as autárquicas e por isso estudadas de acordo com a literatura, eleições nacionais de primeira ordem por serem aquelas em que está em jogo algo de muito importante, designadamente o controlo do poder executivo nacional. Já as eleições autárquicas são consideradas eleições nacionais de segunda ordem, pelo facto de não terem um impacto direto no controlo do poder executivo nacional (Freire 2005). As eleições autárquicas são consideradas como tipicamente locais, pois quando os cidadãos são chamados a fazer as suas escolhas através do voto, dizem respeito a quem desejam que os governe ao nível local. As suas escolhas têm a ver, sobretudo com ideias e pessoas e, naturalmente com as propostas que os diferentes candidatos apresentam e que possam contribuir para a melhoria das estruturas, serviços e condições de vida locais, bem como a confiança que suscitam, como futuros gestores da coisa pública (Augusto Santos Silva s/d). É esta natureza local das eleições que explica por exemplo, as diferenças de votação que por vezes são bastante significantes, entre os resultados obtidos por um partido num concelho para as eleições legislativas e os resultados obtidos pelo mesmo partido aquando das eleições autárquicas. São fatores como o pendor presidencialista do governo local, bem como a possibilidade da apresentação de candidaturas independentes que contribuem para acentuar esta singularidade das eleições.

Contudo, não nos podemos esquecer que em Portugal, tal como noutros países, os eleitores servem-se das eleições de segunda ordem para expressarem o seu descontentamento com o governo nacional. Além disso, a perda de apoio eleitoral do governo nacional entre eleições de primeira e de segunda ordem depende não só da popularidade do governo, mas também da situação económica do país. Neste sentido, conforme podemos verificar pela tabela nº 3, a importância dada pelos eleitores a cada uma das duas eleições (legislativas e autárquicas) decorre da análise da taxa de abstenção ao longo dos anos, pois a taxa média de abstenção verificada nas eleições legislativas entre 1976 e 2009 é de 29,13%, enquanto que nas eleições autárquicas é de 36,51%.

Tabela nº 3 - Média da Taxa de Abstenção Eleitoral entre 1976-2009
(País, Distrito e Concelho)

Média da Taxa de Abstenção Eleitoral 1976-2009		
Concelho/Distrito/País	Eleições Autárquicas	Eleições Legislativas
Baião	27,20%	34,54%
Porto	32,70%	27,08%
Portugal	36,51%	29,13%

Fonte: Dados retirados de: <http://www.cne.pt>

O mesmo não se verifica no concelho de Baião nem no Distrito do Porto, pois conforme se pode verificar pela análise da tabela as eleições autárquicas apresentam uma média da taxa de abstenção muito inferior em relação às legislativas, facto que despertou o nosso interesse no estabelecimento desta hipótese de trabalho no sentido de a confirmar ou não e melhor perceber a importância dada pelos eleitores a cada uma das eleições.

1.2. As variáveis de estudo

Pretendeu-se estudar a questão inicial de investigação e testar as nossas hipóteses de trabalho com um *design* de investigação que permitisse identificar quais as razões que levam os eleitores de Baião a participarem mais nas eleições autárquicas do que nas eleições legislativas. Deste modo, trabalhou-se para testar empiricamente que fatores determinam as diferenças de comportamento na participação ou abstenção eleitoral no concelho de Baião nos dois atos eleitorais – legislativas e autárquicas

Nesse sentido, a investigação teve por base as seguintes variáveis:

- (i) Variáveis sociodemográficas, nomeadamente: o sexo, a idade, o estado civil, as habilitações literárias, a situação profissional e o rendimento mensal;

- (ii) Variáveis de envolvimento na comunidade e atitudes sociais, que abrangem: a pertença a grupos associativos, a crença religiosa e a sua prática;
- (iii) Variáveis de envolvimento político e atitudes políticas, mais especificamente: a simpatia partidária, o interesse pela política, a importância atribuída a cada um dos atos eleitorais, variáveis relacionadas com o nível de confiança nas instituições e órgãos públicos, bem como a opinião dos eleitores sobre as razões que decidem o seu voto nas eleições autárquicas, e, ainda a sua opinião em relação ao sistema eleitoral das eleições legislativas e autárquicas.
- (iv) Variáveis indicativas da participação em atos eleitorais ou da intenção de o fazer.

As variáveis i) e ii) serviram de base à caracterização da amostra obtida. No estudo inferencial subsequente, as variáveis i), ii), e iii) foram consideradas independentes. As variáveis iv) foram tomadas como dependentes, no sentido de explorar a influência que as anteriores poderão ter sobre estas (ver figura 1).

A participação eleitoral é medida como a percentagem de cidadãos eleitores que exerce o direito de voto nas eleições autárquicas, nomeadamente no que se refere à eleição do presidente da câmara municipal. A escolha desta medida de participação política prende-se com duas razões. Primeiro, a eleição dos representantes locais nas democracias representativas é a forma por excelência usada pela maioria dos cidadãos para participar na vida política do país. De acordo com Leduc, Niemi e Norris (1996: 216) “(...) a saúde de uma democracia é vista frequentemente, em termos do nível de turnout (...)”. Através do voto, os cidadãos concedem ou retiram a confiança aos governantes, exercendo assim, o poder de soberania.

MODELO DE ANÁLISE DA ABSTENÇÃO/PARTICIPAÇÃO ELEITORAL NO CONCELHO DE BAIÃO

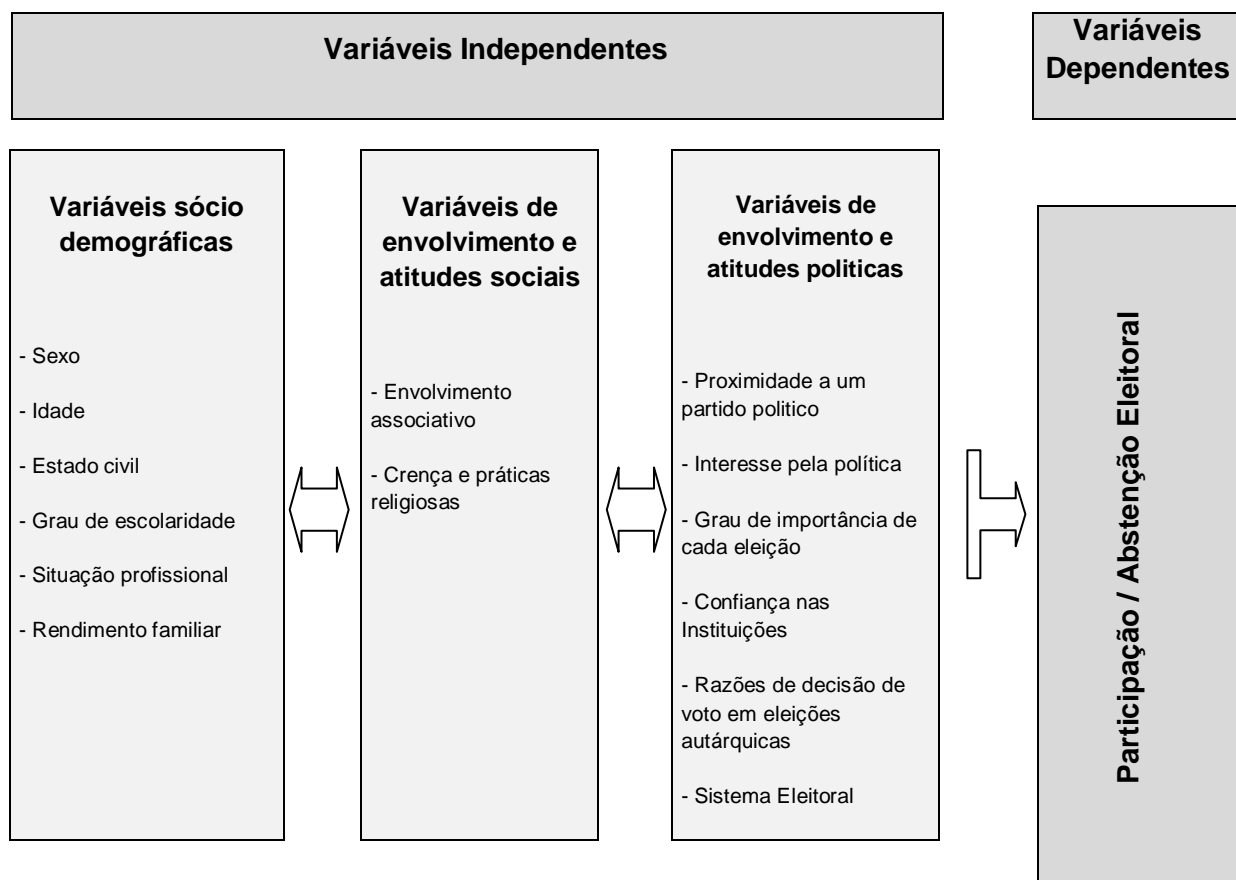


Figura nº 1: Modelo de Análise da Participação Eleitoral no Concelho de Baião

Fonte: Elaboração própria

1.3. O método de investigação

O método de estudo foi uma investigação por questionário. No instrumento foram incluídos *itens*, correspondentes às variáveis em estudo, para identificação da situação sociodemográfica, crença e prática de atividades religiosas e associativas, participação ativa na vida política, participação em atos eleitorais e confiança no sistema político e nos seus órgãos.

A população-alvo foi definida como eleitores no concelho de Baião no período entre abril e junho de 2013. A recolha da amostra foi realizada no mesmo período. Responderam os munícipes utentes dos serviços da Câmara Municipal, quer no edifício principal, quer nos PAM (Postos de Atendimento Municipal) de Ancede e Santa Marinha do Zêzere, que se disponibilizaram para tal. Sendo assim, trata-se de um

método não probabilístico de amostragem por conveniência.

Foram recolhidos 161 questionários válidos. No entanto, nos tratamentos que incluíram a análise da participação em eleições anteriormente realizadas (e apenas estes), não foram incluídas as respostas dos inquiridos na faixa etária de 18 a 25 anos, por não ter sido possível a uma parte destes participar nos anteriores eleitorais, já que à data ainda não haviam atingido a maioridade. Sendo assim, nestes tratamentos foram considerados 131 questionários.

A abordagem de tratamento de dados foi essencialmente quantitativa. Após um tratamento descritivo, foram realizados testes estatísticos para verificação das hipóteses formuladas e também uma análise correlacional.

A análise inferencial das respostas mais frequentes assentou essencialmente na comparação de intervalos de confiança para a proporção populacional, a 95% , conforme a equação 1.1 seguinte, em que f é a proporção da amostra, π a proporção populacional, na dimensão da amostra válida, x o número de respostas favoráveis e z a variável normal padronizada,.

(Equação 1.1.)

$$f \pm z \sqrt{\frac{\pi \cdot (1 - \pi)}{n}}, f = \frac{x}{n}, z \sim N(0, 1), \hat{\pi} = f$$

A análise correlacional baseou-se na aplicação do modelo de regressão linear múltipla conforme a equação 1.2 seguinte e na interpretação dos coeficientes de proporcionalidade obtidos, bem como na verificação da significância do coeficiente de regressão linear de Pearson através do valor de prova associado. Em que Y é a variável dependente, k é o número de variáveis independentes, β_i é o coeficiente da variável independente X_i e β_0 é a constante aditiva do modelo.

(Equação 1.2.)

$$Y = \beta_0 + \sum_{i=1}^k \beta_i X_i$$

Ao longo desta fase do trabalho, utilizaram-se as potencialidades dos softwares Excel 2013 e SPSS 20.

Assim, foi levado a cabo um estudo, quer descritivo, quer exploratório, no qual os factos foram observados, registados, analisados, qualificados e interpretados, sem que

o investigador tivesse interferência neles (métodos observacionais), de modo a poder extrair informações precisas sobre a frequência com que ocorrem os fenómenos.

Este é um estudo do tipo transversal, realizado sobre os eleitores do concelho de Baião, uma vez que se deseja avaliar de que forma podemos testar as nossas hipóteses, tendo, para o efeito, sido recolhida informação estatística sobre a participação política e o comportamento político dos eleitores de Baião. Procuramos, ainda, descrever factos e fenómenos de uma realidade e ambiciona-se estabelecer relações entre as variáveis, denomina-se, portanto, de estudo exploratório, descritivo e do tipo não experimental (observacional).

2. Resultados e Análise

2.1 Caracterização da amostra

A amostra obtida é composta por 161 questionários válidos. Foram inquiridas 75 pessoas do género masculino e 86 pessoas do género feminino (ver figura 2).

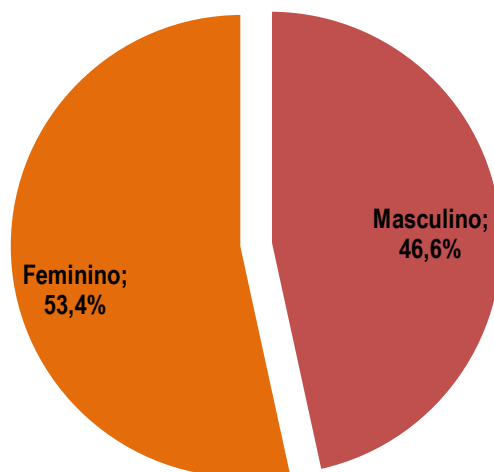


Figura 2 - Caracterização da amostra. Distribuição por género.

Na figura 3, pode ser observada a distribuição dos respondentes por idades, sendo que os vários grupos etários se apresentam de forma razoavelmente equilibrada.

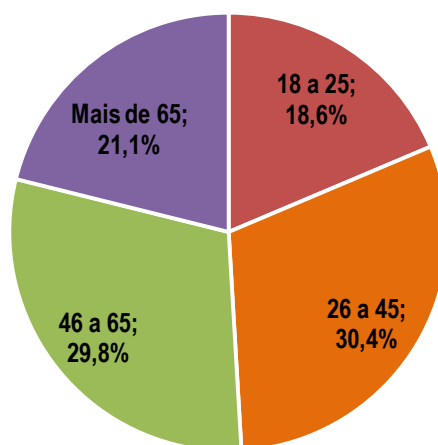


Figura 3 - Caracterização da amostra. Distribuição por idade (em anos).

A média de idades encontrada é de 47,1 anos, com um desvio padrão de 18,6 anos. Para este cálculo converteu-se a classe “mais de 65” em “65 a 84 anos”, por semelhança com a amplitude das classes vizinhas.

O estado civil mais frequente na amostra é casado ou união de facto, como pode ser observado na figura 4.

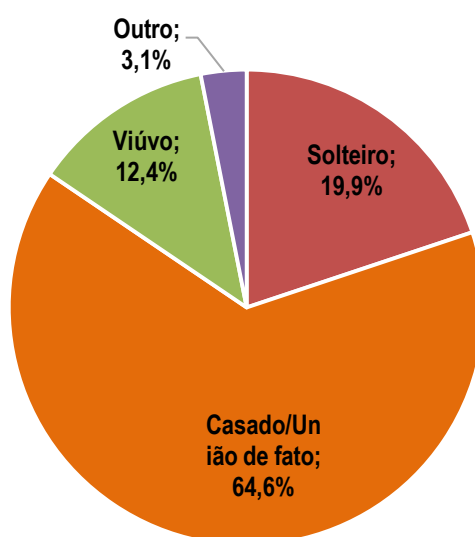


Figura 4 - Caracterização da amostra. Distribuição por estado civil.

Na figura 5, está representada a distribuição da amostra por nível de escolaridade. O grau mais elevado mais frequentemente atingido é o 1º ciclo.

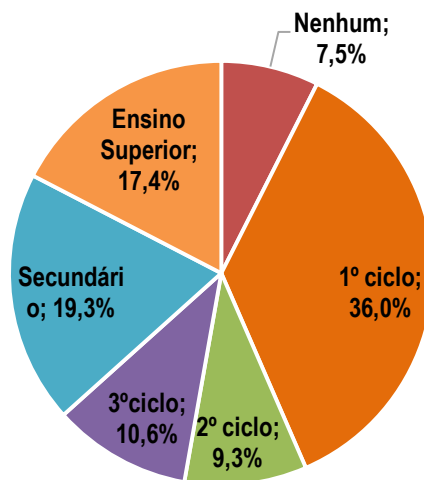


Figura 5 - Caracterização da amostra. Distribuição por nível de escolaridade.

A distribuição da amostra por tipo de situação profissional pode ser observada na figura 6. Sensivelmente metade dos respondentes (55,3%) encontram-se em situação de empregados. O desemprego afeta aproximadamente $\frac{1}{4}$ dos inquiridos (23,6%).

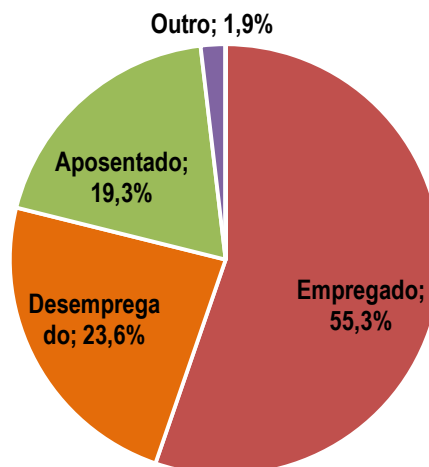


Figura 6 - Caracterização da amostra. Distribuição por situação profissional.

Dos inquiridos, 4 indivíduos omitiram informação acerca do seu rendimento mensal. Quase $\frac{3}{4}$ dos indivíduos que efetivamente responderam a este item (73,3%) auferem salários até 1000€ mensais, aproximadamente $\frac{1}{4}$ (24,8%) entre 1001€ e 2000€ e

apenas uma pequena parte (2,5%) tem rendimentos superiores a 2000€ mensais (ver figura 7).

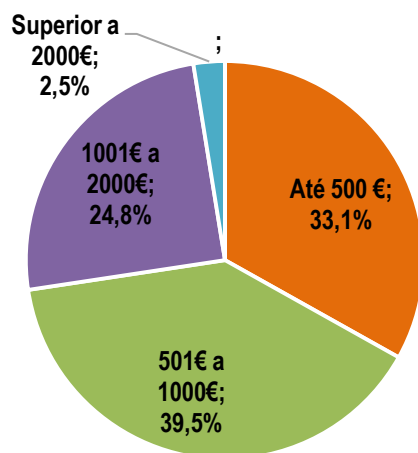


Figura 7 - Caracterização da amostra. Distribuição por rendimento mensal.

As percentagens foram calculadas sobre o número total de respostas válidas. A média dos rendimentos registados é igual a 815,42€, com um desvio padrão de 546,27€. Nestes cálculos, a classe “superior a 2000€” foi convertida em “2001 a 3000€”.

Também no item sobre prática religiosa foram registadas 6 não respostas. 95,0% das respostas válidas dividem-se sensivelmente entre crentes praticantes e crentes não praticantes. Apenas uma pequena percentagem de inquiridos (5,0%) são agnósticos ou ateus (ver figura 8).

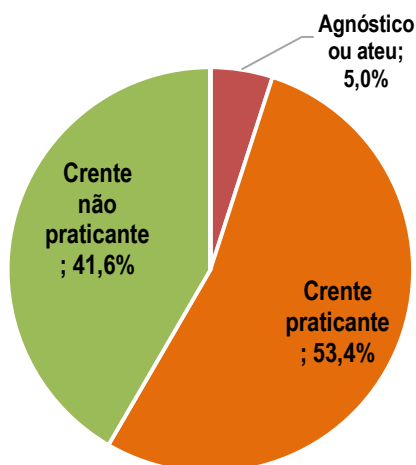


Figura 8 - Caracterização da amostra. Distribuição por crença religiosa.

As percentagens foram calculadas sobre o número total de respostas válidas. Na contagem das respostas ao item sobre a frequência de práticas religiosas, apenas

foram considerados os inquiridos que no item anterior indicaram considerar-se crentes praticantes ou não praticantes (153). Quase metade destes (43,1%) afirma não ser frequentador destas práticas (ver figura 9).

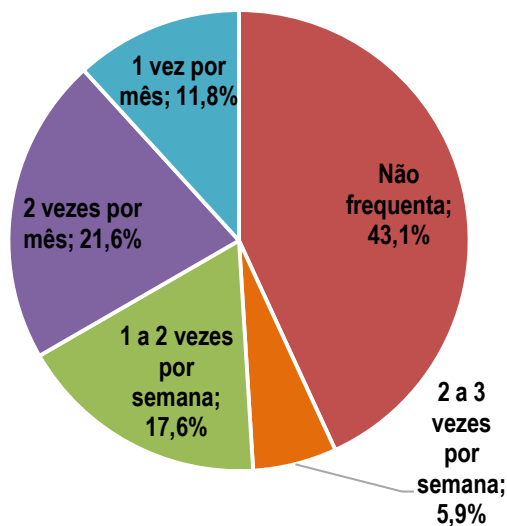


Figura 9 - Caracterização da amostra. Distribuição por frequência de práticas religiosas.

Sensivelmente metade dos inquiridos (45,3%) são sócios de algum tipo de associação (ver figura 10).

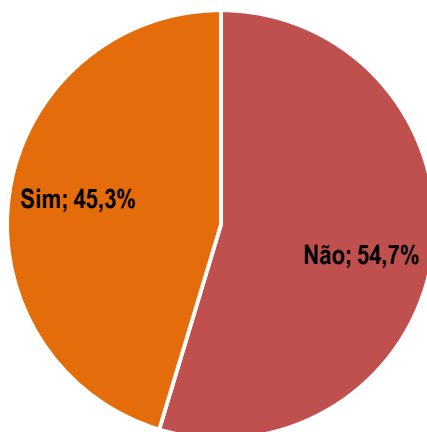


Figura 10 - Caracterização da amostra. Distribuição consoante a pertença ou não a a grupos associativos

Entre os 73 inquiridos que no item anterior responderam fazerem parte de algum tipo de associação, a maior parte pertence a associações dos tipos cultural ou recreativa,

IPSS ou desportiva. As percentagens foram calculadas sobre o número de respondentes associados (73), onde se verifica que apenas uma minoria está sindicalizada (5,5%) e 6,8% pertencem a qualquer outro tipo de associação (ver figura 11).

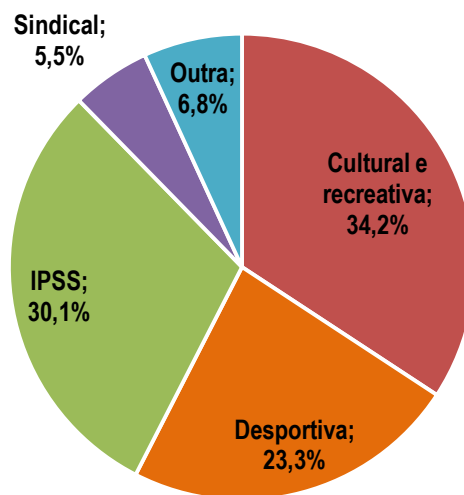


Figura 11 - Caracterização da amostra. Distribuição por pertença a tipos de associações.

2.2 Resultados

Na tabela 4 encontram-se resumidos os resultados da contagem de participação/abstenção nos atos eleitorais de 2009, bem como a intenção em participar ou não em hipotéticas eleições legislativas antecipadas e nas próximas eleições autárquicas

Nota: Nas Eleições Legislativas e Autárquicas de 2009 apenas foram considerados os respondentes com mais de 25 anos.

Tabela 4 - Resumo dos resultados de participação / abstenção nas Eleições Legislativas e Autárquicas de 2009, intenção de participação/abstenção em hipotéticas eleições legislativas antecipadas e nas próximas eleições autárquicas - frequências simples absolutas.

<div> <div>Variáveis Dependentes</div> <div>Variáveis Independentes</div> </div>		Legislativas 2009		Autárquicas 2009		Hipotéticas Eleições Legislativas Antecipadas		Próximas Eleições Autárquicas	
		Participação	Abstenção	Participação	Abstenção	Participação	Abstenção	Participação	Abstenção
Sexo	Masculino	32	28	60	0	20	55	50	25
	Feminino	40	31	65	6	35	51	46	40
Idade	18 a 25	não considerado	não considerado	Não considerado	Não considerado	2	28	10	20
	26 a 45	32	17	47	2	30	19	28	21
	46 a 65	28	20	44	4	16	32	27	21
	Mais de 65	12	22	34	0	7	27	31	3
Estado Civil	Solteiro	3	0	3	0	5	27	12	20
	Casado/U. fato	61	42	97	6	39	65	64	40
	Viúvo	5	15	20	0	8	12	17	3
	Outro	3	0	5	0	3	2	3	2
Escolaridade	Nenhum	0	12	12	0	0	12	12	0
	1º ciclo	25	33	58	0	13	45	29	29
	2º ciclo	9	6	15	0	8	7	9	6
	3º ciclo	9	2	9	2	5	12	7	10
	Secundário	13	2	13	2	15	16	23	8
	Ens. Superior	16	4	18	2	14	14	16	12
Situação Profissional	Empregado	56	29	81	4	43	46	58	31
	Desempregado	2	13	13	2	4	34	10	28
	Aposentado	14	17	31	0	8	23	28	3
	Outro	0	3	0	3	0	3	0	3
Rendimento Mensal	Sem resposta	2	2	2	2	2	2	2	2
	Inferior a 500 euros	15	30	43	2	9	43	29	23
	501 a 1000 euros	26	19	41	4	11	51	34	28
	1001 a 2000	25	10	35	0	29	10	27	12
	Superior a 2001	4	0	4	0	4	0	4	0

Religião	Crente praticante	42	39	77	4	36	50	57	29
	Crente não praticante	30	20	48	2	19	48	39	28
Sócio Grupo Associativo	Sim	46	12	54	4	19	69	47	41
	Não	26	47	71	2	36	37	49	24
Tipo Associação	Sem resposta	26	47	71	2	0	0	0	0
	Cultural e recreativa	16	6	22	0	22	3	21	4
	Desportiva	4	2	4	2	4	13	12	5
	IPSS	18	4	22	0	4	18	10	12
	Sindical	4	0	2	2	2	2	2	2
	Outra	4	0	4	0	4	1	4	1
Simpatia	Nenhum	26	50	72	4	17	82	45	54
Partido	Tem simpatia	46	9	53	2	38	24	51	11
Interesse Político	Bastante	24	0	22	2	19	7	22	4
	Muito	5	0	5	0	5	0	5	0
	Pouco	38	45	79	4	28	69	61	36
	Nenhum	5	14	19	0	3	30	8	25
Importância Legislativas	Muita	24	6	30	0	30	0	28	2
	Alguma	34	20	50	4	20	47	48	19
	Pouca	14	33	45	2	5	48	19	34
	Nenhuma	0	0	0	0	0	11	1	10
Importância Autárquicas	Muita	58	27	83	2	50	37	73	14
	Alguma	14	32	42	4	5	58	22	41
	Pouca	0	0	0	0	0	11	1	10
	Nenhuma	0	0	0	0	0	0	0	0
Confiança na Câmara	Muita	45	19	62	2	35	31	58	8
	Alguma	23	40	59	4	16	64	33	47
	Pouca	3	0	3	0	3	11	4	10
	Nenhuma	1	0	1	0	1	0	1	0
Confiança no Governo	Muita	1	0	1	0	1	0	1	0
	Alguma	28	19	43	4	25	23	44	4
	Pouca	35	40	73	2	21	71	44	48
	Nenhuma	8	0	8	0	8	12	7	13

Confiança na Assembleia da República	Muita	2	0	2	0	2	0	2	0
	Alguma	29	13	38	4	28	17	41	4
	Pouca	38	46	82	2	22	77	49	50
	Nenhuma	3	0	3	0	3	12	4	11
Confiança no Presidente República	Muita	13	0	13	0	12	1	13	0
	Alguma	27	20	45	2	22	31	31	22
	Pouca	26	39	61	4	15	65	47	33
	Nenhuma	6	0	6	0	6	9	5	10
Confiança no Supremo Tribunal	Muita	17	0	17	0	16	2	17	1
	Alguma	32	37	63	6	26	49	47	28
	Pouca	21	22	43	0	11	48	30	29
	Nenhuma	2	0	2	0	2	7	2	7
Confiança no Tribunal Constitucional	Muita	25	13	36	2	18	21	30	9
	Alguma	38	45	79	4	26	78	55	49
	Pouca	9	1	10	0	11	6	11	6
	Nenhuma	0	0	0	0	0	1	0	1
Confiança no Procurador Geral	Muita	11	6	17	0	16	2	15	3
	Alguma	35	38	67	6	23	54	51	26
	Pouca	24	15	39	0	14	43	28	29
	Nenhuma	2	0	2	0	2	7	2	7
Razão partido Político	Sim	25	15	37	3	22	22	32	12
	Não	47	44	88	3	33	84	64	53
Razão mediatismo do candidato	Sim	10	2	11	1	11	5	12	4
	Não	62	57	114	5	44	101	84	61
Razão Obras realizadas	Sim	43	38	79	2	30	64	55	39
	Não	29	21	46	4	25	42	41	26
Conhecimento Pessoal do Candidato	Sim	49	38	74	4	29	71	58	42
	Não	32	21	51	2	26	35	38	23
Outras razões	Sim	8	1	9	0	7	4	8	3
	Não	64	58	116	6	48	102	88	62
Concorda com o sistema eleitoral	Sim	35	25	56	4	39	31	62	8
	Não	37	34	69	2	16	75	34	57

Impacto do Voto	Sim	25	19	42	2	27	17	40	4
	Não	47	40	83	4	28	89	56	61
Sente-se representado	Sim	18	17	35	0	24	11	33	2
	Não	54	42	90	6	31	95	63	63
Favor alteração Sist. Eleitoral	Sim	55	34	87	2	36	81	66	51
	Não	17	25	38	4	19	25	30	14

Pela análise da tabela 4 verificamos que em relação ao sexo, os que mais participam em ambos os atos eleitorais são as mulheres ($n_{\text{eleições legislativas}} = 40$; $n_{\text{eleições autárquicas}} = 65$) e são também elas as que mais se abstêm ($n_{\text{eleições legislativas}} = 31$; $n_{\text{eleições autárquicas}} = 6$).

Os sujeitos têm idades compreendidas entre os 18 anos e mais de 65 anos, sendo que a idade mais representativa situa-se na faixa etária dos 26 aos 45 anos ($n=49$; 30,4%). No que concerne à manifestação de voto tanto nas eleições legislativas como nas eleições autárquicas a faixa etária mais representativa é dos 26 aos 45 anos ($n_{\text{eleições legislativas}} = 32$; $n_{\text{eleições autárquicas}} = 47$). Os que mais se abstêm nas legislativas é o grupo com mais de 65 anos ($n_{\text{eleições legislativas}} = 22$) e nas autárquicas o grupo entre os 46 e 65 anos, ($n_{\text{eleições autárquicas}} = 4$)

Em relação ao estado civil, são as pessoas casadas ou a viverem em união de facto que manifestam mais o seu voto ($n_{\text{eleições legislativas}} = 61$; $n_{\text{eleições autárquicas}} = 97$), bem como da ausência de participação nos atos eleitorais legislativos ($n_{\text{eleições legislativas}} = 42$; $n_{\text{eleições autárquicas}} = 6$). Neste item apenas foram considerados os respondentes com idades superiores a 25 anos, por motivo de alguns daqueles com idades compreendidas entre 18 e 25 anos, à data da recolha dos dados, não terem tido acesso a voto nestes atos eleitorais.

A maioria dos participantes na presente investigação têm escolaridade ao nível do 1.º Ciclo do Ensino Básico ($n=58$; 36,0%). Verificamos que os sujeitos que mais votam nos atos eleitorais são os que têm o 1.º ciclo como habilitações literárias ($n_{\text{eleições legislativas}} = 25$; $n_{\text{eleições autárquicas}} = 58$). A abstenção difere nos atos eleitorais e é realizada nas eleições legislativas pelos sujeitos com 1.º ciclo como habilitações literárias ($n=33$), mas nas eleições autárquicas pelos sujeitos com escolaridade ao nível do 3º ciclo, ensino secundário e ensino superior em igual número ($n=2$).

A situação profissional mais representativa na amostra é a situação de empregado ($n=89$; 53%). De facto, são os sujeitos empregados que mais manifestam a sua participação nos atos eleitorais ($n_{\text{eleições legislativas}} = 56$; $n_{\text{eleições autárquicas}} = 81$). O mesmo

acontece ao nível da abstenção, pois as pessoas empregadas também são as que mais se ausentam dos dois atos eleitorais ($n_{\text{eleições legislativas}} = 29$; $n_{\text{eleições autárquicas}} = 4$).

Os sujeitos da amostra que auferem rendimentos inferior a 500 euros e entre os 500 e 1.000 euros aparecem em igual número ($n=45$). E são os sujeitos que auferem rendimentos entre os 501 e 1000 euros os que mais participam nas legislativas ($n_{\text{eleições legislativas}} = 26$), já nas autárquicas são os auferem rendimento inferior a 500 euros, ($n_{\text{eleições autárquicas}} = 43$). Os que mais se ausentam nas duas eleições são também os que auferem rendimento inferior a 500 euros e entre 501 e 1000 euros, respetivamente ($n_{\text{eleições legislativas}} = 30$; $n_{\text{eleições autárquicas}} = 4$).

A religiosidade dos sujeitos foi avaliada e observamos que são os sujeitos crentes e praticantes que mais manifestam a sua participação nos atos eleitorais ($n_{\text{eleições legislativas}} = 42$; $n_{\text{eleições autárquicas}} = 77$). Relativamente à não participação são também as pessoas crentes e praticantes que mais se ausentam dos dois atos eleitorais ($n_{\text{eleições legislativas}} = 39$; $n_{\text{eleições autárquicas}} = 4$).

No que se refere à pertença dos sujeitos a grupos associativos verificamos que são os que pertencem a algum grupo associativo que mais se manifestam nas eleições legislativas ($n_{\text{eleições legislativas}} = 46$), no entanto, nas autárquicas são os que não pertencem a grupos associativos os que mais participam ($n_{\text{eleições autárquicas}} = 71$) e os que mais se abstêm nas legislativas ($n= 47$). Nas autárquicas os que mais se abstêm pertencem a grupos associativos ($n=4$).

Quando questionados a que tipo de associação pertenciam, a maioria não respondeu à questão dada a não pertença. De entre os sujeitos que responderam, compreende-se que os que mais participam nos dois tipos eleitorais pertencem a uma associação do tipo IPSS ($n_{\text{eleições legislativas}} = 18$; $n_{\text{eleições autárquicas}} = 22$), seguidos dos que pertencem a uma associação cultural e recreativa ($n_{\text{eleições legislativas}} = 16$; $n_{\text{eleições autárquicas}} = 22$), sendo que são estas também os que mais se abstêm nas legislativas ($n= 6$), seguidos dos que pertencem a associações do tipo desportivo e sindical em igual número ($n= 2$).

Em relação à simpatia por partido manifestada pelos sujeitos, verificamos que a maioria dos sujeitos não apresenta simpatia política ($n = 76$). Os que mais participam nas legislativas tem simpatia ($n= 46$), mas nas autárquicas os que mais participam respondem que não têm simpatia por partido político ($n= 72$). Os que se abstêm em ambas as eleições, são os que manifestam não ter simpatia política ($n_{\text{eleições legislativas}} = 50$; $n_{\text{eleições autárquicas}} = 4$).

Para analisar os itens seguintes, utilizou-se uma escala tipo *likert* em quatro posicionamentos para avaliar o interesse, importância e confiança política. Assim, a em relação ao interesse político dos inquiridos, a maioria dos sujeitos tem pouco interesse político ($n=83$). Os que mais participam em ambos os atos eleitorais manifestam ter pouco interesse político ($n_{\text{eleições legislativas}} = 38$; $n_{\text{eleições autárquicas}} = 79$). E são também estes que mais se abstêm ($n_{\text{eleições legislativas}} = 45$; $n_{\text{eleições autárquicas}} = 4$).

Relativamente à importância dos atos eleitorais, os resultados diferem na medida em que os sujeitos que conferem alguma importância às eleições legislativas são os que mais participam em ambos os atos eleitorais ($n_{\text{eleições legislativas}} = 34$; $n_{\text{eleições autárquicas}} = 50$). E os que mais se abstêm são que atribuem pouca importância ($n_{\text{eleições legislativas}} = 33$; $n_{\text{eleições autárquicas}} = 45$). Em relação à importância dada às autárquicas, os que mais participam são os que lhe atribuem muita importância ($n_{\text{eleições legislativas}} = 58$; $n_{\text{eleições autárquicas}} = 83$)., enquanto que os que se abstêm lhe atribuem alguma importância ($n_{\text{eleições legislativas}} = 32$; $n_{\text{eleições autárquicas}} = 4$).

A muita confiança na câmara faz com que os sujeitos participem mais nos atos eleitorais ($n_{\text{eleições legislativas}} = 45$; $n_{\text{eleições autárquicas}} = 62$). A alguma confiança na câmara manifestada pelos sujeitos faz com que seja este o grupo que mais se abstém dos atos eleitorais ($n_{\text{eleições legislativas}} = 40$; $n_{\text{eleições autárquicas}} = 4$).

No que se refere à confiança no governo, os sujeitos com pouca confiança participam mais nos atos eleitorais ($n_{\text{eleições legislativas}} = 35$; $n_{\text{eleições autárquicas}} = 73$) e é o grupo que mais se abstém na legislativas ($n_{\text{eleições legislativas}} = 40$); já em relação às autárquicas o grupo que mais se abstém é o que atribui alguma confiança ($n_{\text{eleições autárquicas}} = 4$).

A pouca confiança na assembleia da república é o grupo de sujeitos que participa mais nos atos eleitorais ($n_{\text{eleições legislativas}} = 38$; $n_{\text{eleições autárquicas}} = 82$) e é o grupo que mais se abstém das eleições legislativas ($n_{\text{eleições legislativas}} = 46$; já nas autárquicas é o grupo que lhe atribui alguma confiança ($n_{\text{eleições autárquicas}} = 4$).

A alguma confiança no presidente da república é o grupo de sujeitos que participa mais nas legislativas ($n_{\text{eleições legislativas}} = 27$; já nas autárquicas é o grupo que lhe atribui pouca confiança ($n_{\text{eleições autárquicas}} = 61$), o grupo que mais se abstém dos atos eleitorais é o que atribui pouca confiança no presidente da república ($n_{\text{eleições legislativas}} = 39$; $n_{\text{eleições autárquicas}} = 4$).

Relativamente à confiança supremo tribunal, os sujeitos com alguma confiança participam mais nos atos eleitorais ($n_{\text{eleições legislativas}} = 32$; $n_{\text{eleições autárquicas}} = 63$) e é o

grupo que mais se abstém dos atos eleitorais ($n_{\text{eleições legislativas}} = 37$; $n_{\text{eleições autárquicas}} = 6$).

A alguma confiança no tribunal constitucional é o grupo de sujeitos que participa mais nos atos eleitorais ($n_{\text{eleições legislativas}} = 38$; $n_{\text{eleições autárquicas}} = 79$) e é o grupo que mais se abstém dos atos eleitorais ($n_{\text{eleições legislativas}} = 45$; $n_{\text{eleições autárquicas}} = 4$).

Quanto à confiança no procurador geral o grupo de sujeitos que manifesta alguma confiança é o que participa mais nos atos eleitorais ($n_{\text{eleições legislativas}} = 35$; $n_{\text{eleições autárquicas}} = 67$) e é o grupo que mais se abstém dos atos eleitorais ($n_{\text{eleições legislativas}} = 38$; $n_{\text{eleições autárquicas}} = 6$).

Relativamente às razões que influenciam a sua opção de voto nas eleições autárquicas, os indivíduos que mais participam em ambos os atos eleitorais não atribuem a sua decisão pelo partido político ($n_{\text{eleições legislativas}} = 47$; $n_{\text{eleições autárquicas}} = 88$), sendo que estes também são os que mais se abstém ($n_{\text{eleições legislativas}} = 44$; $n_{\text{eleições autárquicas}} = 3$). Os inquiridos quando questionados sobre a razão do mediatismo do candidato, os que mais participam em ambas as eleições não lhe atribuem a razão da sua opção de voto ($n_{\text{eleições legislativas}} = 62$; $n_{\text{eleições autárquicas}} = 114$), sendo também estes, os que mais se abstém ($n_{\text{eleições legislativas}} = 57$; $n_{\text{eleições autárquicas}} = 5$). No item sobre as obras realizadas pelo candidato, verifica-se o contrário, os que mais participam nos dois atos eleitorais atribuem a este item a sua opção de voto ($n_{\text{eleições legislativas}} = 43$; $n_{\text{eleições autárquicas}} = 79$). Os que mais se abstém nas legislativas também atribuem a sua opção de voto ao referido item ($n_{\text{eleições legislativas}} = 38$), nas autárquicas são os que não atribuem a razão do seu voto às obras realizados os que mais se abstém ($n_{\text{eleições autárquicas}} = 4$). A maior parte dos inquiridos que atribuem a razão do seu voto ao conhecimento pessoal do candidato são os que mais participam nos dois atos eleitorais ($n_{\text{eleições legislativas}} = 49$; $n_{\text{eleições autárquicas}} = 74$), sendo que também são estes, os que mais se abstém ($n_{\text{eleições legislativas}} = 38$; $n_{\text{eleições autárquicas}} = 4$). Os inquiridos que não invocam outras razões são os que mais participam nas duas eleições ($n_{\text{eleições legislativas}} = 64$; $n_{\text{eleições autárquicas}} = 116$) e também os que mais se abstém ($n_{\text{eleições legislativas}} = 58$; $n_{\text{eleições autárquicas}} = 6$).

Os inquiridos quando questionados se concordam com o atual sistema eleitoral, os que mais participam em ambos os atos respondem que não ($n_{\text{eleições legislativas}} = 37$; $n_{\text{eleições autárquicas}} = 69$), e são igualmente os que mais se abstém nas legislativas, ($n_{\text{eleições legislativas}} = 34$), no entanto, os que mais se abstém nas autárquicas dizem que concordam com o sistema ($n_{\text{eleições autárquicas}} = 4$).

Relativamente ao impacto do voto dos eleitores, a maior parte destes responde que o

seu voto não tem impacto em ambos os atos eleitorais ($n_{\text{eleições legislativas}} = 47$; $n_{\text{eleições autárquicas}} = 83$) e são estes também os que mais se abstêm ($n_{\text{eleições legislativas}} = 40$; $n_{\text{eleições autárquicas}} = 4$). Quanto ao sentirem-se representados, os inquiridos respondem que não nos dois tipos de eleição ($n_{\text{eleições legislativas}} = 54$; $n_{\text{eleições autárquicas}} = 90$), sendo que são estes os que mais se abstêm ($n_{\text{eleições legislativas}} = 42$; $n_{\text{eleições autárquicas}} = 6$). Por fim quando questionados se estão a favor da alteração do sistema eleitoral, os que mais participam em ambos os atos responde que sim ($n_{\text{eleições legislativas}} = 55$; $n_{\text{eleições autárquicas}} = 87$), e são também os que mais se abstêm ($n_{\text{eleições legislativas}} = 34$), já em relação às autárquicas os que mais se abstêm dizem que não são favor da alteração do sistema eleitoral ($n_{\text{eleições autárquicas}} = 4$).

2.3 Análise comparativa da participação em atos eleitorais e da importância a eles atribuída

As participações ou abstenções dos inquiridos nas eleições legislativas e autárquicas de 2009 foram resumidas na tabela 5. Apenas foram considerados os respondentes com idades superiores a 25 anos, por motivo de alguns daqueles com idades compreendidas entre 18 e 25 anos, à data da recolha dos dados, não terem tido acesso a voto nestes atos eleitorais.

Quando comparados com a taxa real de abstenção em Baião (ver tabela 5), estes resultados revelam-se concordantes, uma vez que o valor real de abstenção registado (39,89%) está situado no intervalo de confiança construído (36,5% a 53,6%, a 95% de confiança).

Já nas eleições autárquicas, significativamente a taxa de abstenção estimada (1,0% a 8,2%, a 95% de confiança) não está de acordo com o valor real registado em Baião (27,65% de abstenção).

É possível concluir que os eleitores de Baião se mobilizaram mais significativamente na participação da eleição para os órgãos de autarquia do que para a eleição do Governo e da Assembleia da República.

Tabela 5 – Participação nas Eleições Legislativas e Autárquicas de 2009. Apenas foram consideradas as respostas dos participantes com mais de 25 anos (131

indivíduos). A estimação intervalar (intervalos de confiança para a proporção populacional) foi realizada a 95% de confiança.

Eleições	Participação	Frequência	Percentagem	Incerteza	Intervalo de confiança a 95%
Legislativas 2009	Participou	72	55,0%	8,5%	[46,4% ; 63,5%]
	Absteve-se	59	45,0%	8,5%	[36,5% ; 53,6%]
	<i>Total</i>	131			
Autárquicas 2009	Participou	125	95,4%	3,6%	[91,8% ; 99,0%]
	Absteve-se	6	4,6%	3,6%	[1,0% ; 8,2%]
	<i>Total</i>	131			

Na tabela 6, estão resumidos os resultados da indagação junto dos inquiridos acerca da sua intenção de participar em alguns possíveis atos eleitorais num futuro próximo. Conclui-se que, quando confrontados com um cenário de eleições legislativas antecipadas, a maioria dos eleitores de Baião ($65,8\% \pm 7,3\%$) tenciona abster-se, com diferença estatisticamente significativa para a percentagem daqueles com intenção de participar ($34,2\% \pm 7,3\%$). Já em relação às eleições de órgãos de autarquia, a situação é invertida. A maioria ($59,6\% \pm 7,6\%$) tenciona participar, com diferença estatisticamente significativa para a quantidade de intenções de abstenção.

Também quando comparamos diretamente a intenção de participação numa hipotética eleição legislativa antecipada com a mesma intenção nas próximas eleições autárquicas, verifica-se que significativamente as segundas recolhem maior percentagem de intenção de participação. Conclui-se portanto que os eleitores de Baião se mobilizam de forma significativa mais em eleições de órgãos de autarquia do que na escolha do órgão legislativo.

Tabela 6 – Intenção de participação em possíveis futuros atos eleitorais: hipotéticas eleições legislativas antecipadas e próximas eleições autárquicas. Foram consideradas as respostas de todos os participantes. A estimação intervalar (intervalos de confiança para a proporção populacional) foi realizada a 95% de confiança.

Eleições	Intenção	Frequência	Percentagem	Incerteza	Intervalo de confiança a 95%
Eleições Legislativas antecipadas	Participar	55	34,2%	7,3%	[26,8% ; 41,5%]
	Abster-se	106	65,8%	7,3%	[58,5% ; 73,2%]
	<i>Total</i>	161			
Próximas Eleições Autárquicas	Participar	96	59,6%	7,6%	[52,0% ; 67,2%]
	Abster-se	65	40,4%	7,6%	[32,8% ; 48,0%]
	<i>Total</i>	161			

Esta conclusão é corroborada pela comparação do nível de interesse que os inquiridos atribuem aos dois tipos de atos eleitorais (escala de Likert, 0 = “Nenhum”, 1 = “Pouco”, 2 = “Bastante”, 3 = “Muito”). Por aplicação do teste t de Student para amostras emparelhadas, com valor de prova obtido igual a 0,000 (ver tabela 7), conclui-se que os eleitores de Baião atribuem significativamente mais importância às eleições autárquicas (média de respostas de 2,65) do que às eleições legislativas (média de 1,67).

Tabela 7 - Resultados da aplicação do teste t de Student para amostras emparelhadas à média das diferenças da importância atribuída aos dois tipos de atos eleitorais (Eleições Legislativas e Eleições Autárquicas). As respostas estão classificadas segundo uma escala de Likert (0 = “Nenhum”, 1 = “Pouco”, 2 = “Bastante”, 3 = “Muito”).

Média das diferenças	Desvio padrão das diferenças	Erro padrão da média	Intervalo de confiança para a média das diferenças a 95%		t	Graus de liberdade	Valor de prova (teste bilateral)
-0,779	0,636	0,056	-0,889	-0,669	-14,013	130	0,000

2.4 Análise de regressão linear múltipla

Os resultados da aplicação do modelo de regressão linear múltipla para a participação nas passadas eleições legislativas de 2009, em função de várias outras variáveis, estão resumidos na tabela 8. Encontraram-se dependências positivas em relação aos níveis de confiança no Tribunal Constitucional, já no Procurador Geral da República, bem como a confiança no Governo influenciam negativamente a mesma intenção de participação.

O reconhecimento pessoal da importância das eleições legislativas e o interesse político também influenciam de modo significativo a intenção de não se abster no mesmo ato eleitoral. No entanto, o reconhecimento da importância de eleições autárquicas não apresenta relação significativa com esta participação. O sentimento da necessidade de alterar o atual sistema é um outro fator que influencia significativamente a participação naquele ato eleitoral.

Tabela 8 - Modelo de regressão linear múltipla. Variável dependente: Participação nas eleições legislativas de 2009. As dependências estatisticamente significativas estão assinaladas a negrito.

Variáveis independentes	Coeficientes do modelo		t	p
	β_i	Erro Padrão		
Constante do modelo	-0,552	0,187	-2,946	0,004
Confiança na Camara	0,008	0,071	0,119	0,905
Confiança no Governo	-0,252	0,095	-2,667	0,009
Confiança As. Republica	0,114	0,109	1,051	0,295
Confiança Presidente Republica	0,100	0,062	1,605	0,111
Confiança Supremo Tribunal	-0,012	0,077	-0,156	0,876
Confiança Tribunal Constitucional	0,133	0,066	2,013	0,046
Confiança Procurador Geral República	-0,186	0,074	-2,528	0,013
Simpatia Partido	0,121	0,084	1,433	0,154
Interesse Político	0,225	0,066	3,401	0,001
Importância Eleições Legislativas	0,195	0,065	2,983	0,003
Importância Eleições Autárquicas	0,163	0,089	1,829	0,069
Confiança no Sistema Eleitoral	-0,078	0,091	-0,849	0,397
Impacto Voto	0,116	0,135	0,853	0,395
Sente-se Representado	-0,268	0,141	-1,901	0,059
Favor Alteração do Sistema Eleitoral	0,202	0,088	2,301	0,023

Os resultados da aplicação do modelo de regressão linear múltipla para a participação nas passadas eleições autárquicas de 2009, em função de várias outras variáveis, estão resumidos na tabela 9. Encontra-se uma dependência positiva em relação ao nível de confiança no Tribunal Constitucional.

O reconhecimento pessoal da importância das eleições autárquicas também influencia de modo significativo a intenção de não se abster no mesmo ato eleitoral. O sentimento de estar devidamente representado no atual sistema, bem como da necessidade de alterar o atual sistema são outros fatores que influenciam significativamente a participação naquele ato eleitoral.

Tabela 9 - Modelo de regressão linear múltipla. Variável dependente: Participação nas eleições autárquicas de 2009. As dependências estatisticamente significativas estão assinaladas a negrito.

Variáveis independentes	Coeficientes do modelo		t	P
	β_i	Erro padrão		
Constante do modelo	0,348	0,143	2,434	0,016
Confiança na Camara	-0,013	0,054	-0,233	0,816
Confiança no Governo	-0,015	0,072	-0,209	0,835
Confiança As. Republica	-0,064	0,083	-0,769	0,443
Confiança Presidente Republica	0,050	0,048	1,045	0,298
Confiança Supremo Tribunal	-0,071	0,059	-1,207	0,230
Confiança Tribunal Constitucional	0,096	0,051	1,895	0,060
Confiança Procurador Geral República	-0,051	0,056	-0,908	0,365
Simpatia Partido	-0,020	0,064	-0,316	0,752
Interesse Politico	-0,008	0,050	-0,155	0,877
Importância Eleições Legislativas	0,071	0,050	1,417	0,159
Importância Eleições Autárquicas	0,141	0,068	2,076	0,040
Confiança no Sistema Eleitoral	-0,015	0,070	-0,220	0,826
Impacto Voto	-0,104	0,103	-1,007	0,316
Sente-se Representado	0,265	0,108	2,462	0,015
Favor Alteração do Sistema Eleitoral	0,175	0,067	2,608	0,010

Na tabela 10, estão resumidos os resultados da aplicação do modelo de regressão linear múltipla para a intenção de participação em hipotéticas eleições legislativas antecipadas, em função de várias outras variáveis. São encontradas dependências positivas em relação aos níveis de confiança na Assembleia da República e no Supremo Tribunal de Justiça. Já a confiança no Governo e no Tribunal Constitucional influenciam negativamente a mesma intenção de participação.

O reconhecimento pessoal da importância, quer das eleições legislativas, quer das eleições autárquicas, também influencia de modo significativo a intenção de não se abster no mesmo ato eleitoral, bem como o sentimento de estar representado no atual sistema.

Tabela 10 - Modelo de regressão linear múltipla. Variável dependente: Intenção de participação em hipotéticas eleições legislativas antecipadas. As dependências estatisticamente significativas estão assinaladas a negrito.

Variáveis independentes	Coeficientes do modelo		T	P
	β_i	Erro padrão		
Constante do modelo	-0,305	0,172	-1,777	0,078
Confiança na Camara	-0,123	0,065	-1,899	0,060
Confiança no Governo	-0,268	0,087	-3,094	0,002
Confiança As. Republica	0,211	0,100	2,118	0,036
Confiança Presidente Republica	-0,022	0,057	-,378	0,706
Confiança Supremo Tribunal	0,148	0,071	2,096	0,038
Confiança Tribunal Constitucional	-0,133	0,061	-2,187	0,030
Confiança Procurador Geral República	-0,064	0,067	-0,948	0,345
Simpatia Partido	0,088	0,077	1,136	0,258
Interesse Politico	-0,002	0,061	-0,041	0,968
Importância Eleições Legislativas	0,191	0,060	3,194	0,002
Importância Eleições Autárquicas	0,269	0,082	3,291	0,001
Confiança no Sistema Eleitoral	-0,017	0,084	-0,201	0,841
Impacto Voto	-0,014	0,124	-0,114	0,910
Sente-se Representado	0,284	0,129	2,191	0,030
Favor Alteração do Sistema Eleitoral	0,132	0,081	1,634	0,104

Na tabela 11, estão resumidos os resultados da aplicação do modelo de regressão linear múltipla para a intenção de participação nas próximas eleições autárquicas, em função de variáveis independentes. Foi encontrada uma dependência positiva em relação ao nível de confiança no Governo. Já a confiança no Presidente da República influencia negativamente a intenção de participação.

A concordância com o atual sistema eleitoral de representação proporcional das eleições legislativas e autárquicas e ser a favor de alterar o atual sistema eleitoral, de forma a que os eleitores sintam uma maior representatividade, também influencia de modo significativo a intenção de não se abster neste próximo ato eleitoral.

Tabela 11 - Modelo de regressão linear múltipla. Variável dependente: Intenção de participação nas próximas eleições autárquicas. As dependências estatisticamente significativas estão assinaladas a negrito.

Modelo	Coeficientes do modelo		t	P
	B	Std. Error		
Constante do modelo	-0,378	0,187	-2,022	0,045
Confiança na Camara	0,000	0,071	0,007	0,994
Confiança no Governo	0,318	0,094	3,374	0,001
Confiança As. Republica	-0,106	0,109	-0,976	0,331
Confiança Presidente Republica	-0,133	0,062	-2,138	0,034
Confiança Supremo Tribunal	0,017	0,077	0,220	0,826
Confiança Tribunal Constitucional	-0,062	0,066	-0,939	0,349
Confiança Procurador Geral República	0,076	0,073	1,034	0,303
Simpatia Partido	0,078	0,084	0,930	0,354
Interesse Politico	0,031	0,066	0,473	0,637
Importância Eleições Legislativas	0,059	0,065	0,907	0,366
Importância Eleições Autárquicas	0,142	0,089	1,604	0,111
Confiança no Sistema Eleitoral	0,387	0,091	4,245	0,000
Impacto Voto	-0,069	0,135	-0,507	0,613
Sente-se Representado	0,125	0,141	0,889	0,376
Favor Alteração do Sistema Eleitoral	0,271	0,088	3,088	0,002

2.5 Análise das diferenças das taxas de abstenção em função dos valores de algumas variáveis independentes

2.5.1 Abstenção nas Eleições Legislativas e Autárquicas de 2009

Na tabela 12, podem ser consultados os intervalos de confiança a 95% para a proporção populacional (equação 1.1) da abstenção em alguns grupos de inquiridos, nas eleições legislativas e autárquicas de 2009.

Verifica-se que a taxa de abstenção é significativamente inferior entre os eleitores que têm alguma simpatia partidária nas legislativas de 2009, mas não nas autárquicas do mesmo ano.

Relativamente ao associativismo, os associados apresentam taxas de abstenção significativamente inferiores às dos não associados, também nas eleições legislativas, mas não nas eleições autárquicas.

Os eleitores sem qualquer escolaridade são significativamente aqueles que mais se abstiveram no ato legislativo de 2009, seguidos dos detentores do 1º ciclo de escolaridade. Uma vez mais, não foram encontradas diferenças significativas nas abstenções dos eleitores com diferentes níveis de escolaridade nas eleições autárquicas.

Também os cidadãos que auferem rendimentos até 1000€ são aqueles que apresentam maiores taxas de abstenção no ato legislativo de 2009, uma vez mais não havendo diferenças significativas entre as taxas de abstenção nas eleições autárquicas de 2009, entre os detentores dos vários rendimentos.

Tabela 12 - Intervalos de confiança a 95%, para a taxa de abstenção nas Eleições Legislativas e Autárquicas de 2009, em alguns grupos de respondentes.

		Legislativas 2009				Autárquicas 2009			
		Abstenção		Intervalo de confiança a 95%		Abstenção		Intervalo de confiança a 95%	
Simpatia	Nenhum	65,8%	±	10,7%	[55,1% ; 76,5%]	5,3%	±	5,0%	[0,2% ; 10,3%]
	Tem simpatia	16,4%	±	9,8%	[6,6% ; 26,1%]	3,6%	±	4,9%	[0,0% ; 8,6%]
Sócio Grupo Associativo	Sim	20,7%	±	10,4%	[10,3% ; 31,1%]	6,9%	±	6,5%	[0,4% ; 13,4%]
	Não	64,4%	±	11,0%	[53,4% ; 75,4%]	2,7%	±	3,7%	[0,0% ; 6,5%]
Escolaridade	Nenhum	100,0%	±	0,0%	[100,0% ; 100,0%]	0,0%	±	0,0%	[0,0% ; 0,0%]
	1º ciclo	56,9%	±	12,7%	[44,2% ; 69,6%]	0,0%	±	0,0%	[0,0% ; 0,0%]
	2º ciclo	40,0%	±	24,8%	[15,2% ; 64,8%]	0,0%	±	0,0%	[0,0% ; 0,0%]
	3º ciclo	18,2%	±	22,8%	[0,0% ; 41,0%]	18,2%	±	22,8%	[0,0% ; 41,0%]
	Secundário	13,3%	±	17,2%	[0,0% ; 30,5%]	13,3%	±	17,2%	[0,0% ; 30,5%]
	Ensino Superior	20,0%	±	17,5%	[2,5% ; 37,5%]	10,0%	±	13,1%	[0,0% ; 23,1%]
Rendimento mensal	Inferior a 500 euros	66,7%	±	13,8%	[52,9% ; 80,4%]	4,4%	±	6,0%	[0,0% ; 10,5%]
	501 a 1000 euros	42,2%	±	14,4%	[27,8% ; 56,7%]	8,9%	±	8,3%	[0,6% ; 17,2%]
	1001 a 2000	28,6%	±	15,0%	[13,6% ; 43,5%]	0,0%	±	0,0%	[0,0% ; 0,0%]
	Superior a 2000	0,0%	±	0,0%	[0,0% ; 0,0%]	0,0%	±	0,0%	[0,0% ; 0,0%]

2.5.2 Intenção de abstenção em hipotéticas Eleições Legislativas Antecipadas próximas Eleições Autárquicas

Na tabela 13, podem ser consultados os intervalos de confiança a 95% para a proporção populacional (equação 1.1) da intenção de abstenção entre alguns grupos de inquiridos, quer em hipotéticas eleições legislativas antecipadas, quer nas eleições autárquicas de 2013.

Verifica-se que a taxa de intenção de abstenção é significativamente inferior entre os eleitores que têm alguma simpatia partidária em ambos os atos eleitorais.

Os associados de algumas Instituição apresentam taxas de intenção de abstenção significativamente inferiores às dos não associados, em hipotéticas eleições legislativas antecipadas, mas não nas eleições autárquicas de 2013.

Os eleitores sem qualquer escolaridade são significativamente aqueles que mais tencionam abster-se num hipotético ato legislativo antecipado, mas, paradoxalmente, são os que menos tencionam abster-se nas eleições autárquicas de 2013. Entre os restantes níveis de escolaridade registados, não foram encontradas diferenças significativas nas abstenções dos eleitores em ambos os atos eleitorais.

Os cidadãos que auferem rendimentos até 1000€ são aqueles que mais tencionam abster-se no caso de legislativas antecipadas. Os eleitores com rendimentos superiores a 2000€, por outro lado são os mais participativos em ambos os atos eleitorais.

Tabela 13 - Intervalos de confiança a 95%, para a taxa de intenção de abstenção em hipotéticas Eleições Legislativas antecipadas e próximas Eleições Autárquicas.

		Hipotéticas Legislativas Antecipadas					Próximas Autárquicas				
		Abstenção		Intervalo de confiança a 95%			Abstenção		Intervalo de confiança a 95%		
Simpatia	Nenhum	82,8%	±	7,4%	[75,4% ; 90,3%	54,5%	±	9,8%	[44,7% ; 64,4%
	Tem simpatia	38,7%	±	12,1%	[26,6% ; 50,8%	17,7%	±	9,5%	[8,2% ; 27,3%
Sócio Grupo Associativo	Sim	50,7%	±	11,5%	[39,2% ; 62,2%	32,9%	±	10,8%	[22,1% ; 43,7%
	Não	78,4%	±	8,6%	[69,8% ; 87,0%	46,6%	±	10,4%	[36,2% ; 57,0%
Escolaridade	Nenhum	100,0%	±	0,0%	[100,0% ; 100,0%	0,0%	±	0,0%	[0,0% ; 0,0%
	1º ciclo	77,6%	±	10,7%	[66,9% ; 88,3%	50,0%	±	12,9%	[37,1% ; 62,9%
	2º ciclo	46,7%	±	25,2%	[21,4% ; 71,9%	40,0%	±	24,8%	[15,2% ; 64,8%
	3º ciclo	70,6%	±	21,7%	[48,9% ; 92,2%	58,8%	±	23,4%	[35,4% ; 82,2%
	Secundário	51,6%	±	17,6%	[34,0% ; 69,2%	25,8%	±	15,4%	[10,4% ; 41,2%
	Ensino Superior	50,0%	±	18,5%	[31,5% ; 68,5%	42,9%	±	18,3%	[24,5% ; 61,2%
Rendimento mensal	Inferior a 500 euros	82,7%	±	10,3%	[72,4% ; 93,0%	44,2%	±	13,5%	[30,7% ; 57,7%
	501 a 1000 euros	82,3%	±	9,5%	[72,7% ; 91,8%	45,2%	±	12,4%	[32,8% ; 57,5%
	1001 a 2000	25,6%	±	13,7%	[11,9% ; 39,3%	30,8%	±	14,5%	[16,3% ; 45,3%
	Superior a 2000	0,0%	±	0,0%	[0,0% ; 0,0%	0,0%	±	0,0%	[0,0% ; 0,0%

3. Verificação das hipóteses

As hipóteses de trabalho foram verificadas mediante a interpretação dos resultados obtidos, realizada na secção anterior.

A hipótese H_1 : Quanto mais intensa a identificação com um partido, maior é a participação eleitoral, está confirmada em relação às eleições legislativas de 2009 (taxa de abstenção encontrada de $65,8\% \pm 10,7\%$), hipotéticas legislativas antecipadas (taxa de intenção de abstenção de $82,8\% \pm 7,4\%$) e autárquicas de 2013 (taxa de intenção de abstenção de $54,5\% \pm 9,8\%$). A única exceção são as autárquicas de 2009 nas quais não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas (intervalos de confiança para a proporção populacional a 95%).

A hipótese H_2 : A pertença dos eleitores a grupos associativos está relacionada a uma maior participação eleitoral é confirmada, quer em relação às eleições legislativas de 2009 (taxa de abstenção encontrada de $64,4\% \pm 11,0\%$), quer para hipotéticas legislativas antecipadas (taxa de intenção de abstenção $78,4\% \pm 8,6\%$); esta hipótese não foi confirmada em relação a atos autárquicos (intervalos de confiança para a proporção populacional a 95%).

Quanto à hipótese H_3 : O nível de habilitações literárias e o rendimento mensal estão positivamente relacionados com a participação em atos eleitorais, é confirmada positivamente em relação aos atos legislativos focados neste trabalho, sendo que as maiores taxas de abstenção ou intenção de abstenção são encontradas entre os eleitores com nenhum nível de escolaridade ($100\% \pm 0,0\%$) e também naqueles com rendimentos até 1000€ (no conjunto dos dois grupos, $54,4\% \pm 10,3\%$ nas legislativas de 2009 e $82,5\% \pm 7,0\%$ em hipotéticas legislativas antecipadas). Em relação a atos de eleição autárquica, verifica-se que os eleitores sem escolaridade são os que menos pretendem abster-se nas autárquicas de 2013 ($0,0\% \pm 0,0\%$) assim como os eleitores com rendimentos superiores a 2000€ ($0,0\% \pm 0,0\%$). Não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas para os resultados relativos às eleições autárquicas de 2009 (intervalos de confiança para a proporção populacional a 95%).

A hipótese H_4 : Os eleitores do concelho de Baião consideram as eleições autárquicas mais importantes do que as legislativas foi duplamente confirmada. Por um lado, a comparação das taxas de abstenção em 2009 ($45,0\% \pm 8,5\%$ nas legislativas contra $4,6\% \pm 3,6\%$ nas autárquicas) e em futuros atos eleitorais ($65,8\% \pm 7,3\%$ em hipotéticas

legislativas antecipadas e $40,4\% \pm 7,6\%$ nas autárquicas de 2013), revela com significância estatística que a participação em atos autárquicos é superior à participação em atos legislativos (intervalos de confiança a 95% para a proporção populacional).

Concomitantemente e conforme se pode constatar pela análise da tabela 7, a classificação da importância dos dois tipos de atos eleitorais revelou significativamente um reconhecimento da maior relevância dos atos autárquicos em relação aos atos legislativos (teste t de Student para amostras emparelhadas à média das diferenças da importância atribuída aos dois tipos de atos eleitorais, $p = 0,000 < 0,05$).

4. Conclusões

Do presente estudo e da análise dos dados obtidos em relação às eleições legislativas e autárquicas realizadas em 2009, podemos concluir que a taxa de abstenção é significativamente inferior entre os eleitores que têm alguma simpatia partidária nas legislativas, mas não nas autárquicas. Também em relação ao associativismo, os associados apresentam taxas de abstenção significativamente inferiores às dos não associados, nas eleições legislativas, mas não nas eleições autárquicas. Do mesmo modo é possível concluir que os eleitores sem qualquer escolaridade são significativamente aqueles que mais se abstiveram no ato legislativo, seguidos dos detentores do 1º ciclo de escolaridade. Uma vez mais, não foram encontradas diferenças significativas nas abstenções dos eleitores com diferentes níveis de escolaridade nas eleições autárquicas. Também os cidadãos que auferem rendimentos até 1000 € são aqueles que apresentam maiores taxas de abstenção no ato Legislativo de 2009, uma vez mais não havendo diferenças significativas entre as taxas de abstenção nas eleições autárquicas, entre os detentores dos vários rendimentos.

Relativamente à intenção de abstenção em hipotéticas eleições legislativas antecipadas e próximas eleições autárquicas, podemos concluir que a taxa de intenção de abstenção é significativamente inferior entre os eleitores que têm alguma simpatia partidária em ambos os atos eleitorais.

Os associados de algumas instituições apresentam taxas de intenção de abstenção significativamente inferiores às dos não associados, em hipotéticas eleições

legislativas antecipadas, mas não nas próximas eleições autárquicas (2013). Os eleitores sem qualquer escolaridade são significativamente aqueles que mais tencionam abster-se num hipotético ato legislativo antecipado, mas, paradoxalmente, são os que menos tencionam abster-se nas eleições autárquicas de 2013. Entre os restantes níveis de escolaridade registados, não foram encontradas diferenças significativas nas abstenções dos eleitores em ambos os atos eleitorais. No que se refere ao rendimento mensal, os cidadãos que auferem rendimentos até 1000€ são aqueles que mais tencionam abster-se no caso de legislativas antecipadas. Os eleitores com rendimentos superiores a 2000€, por outro lado são os mais participativos em ambos os atos eleitorais.

Assim, em resposta à questão de investigação “Quais os determinantes da participação eleitoral no concelho de Baião?”, e mediante a confirmação das hipóteses de trabalho, podemos concluir que o tipo de ato eleitoral (sendo que as eleições autárquicas são mais participadas), a simpatia por algum partido, o associativismo, as habilitações literárias mais elevadas e o maior rendimento mensal são efetivamente fatores que influenciam positivamente a participação eleitoral no Concelho de Baião.

Foram ainda encontradas algumas correlações entre os níveis de participação ou de intenção de participação em eleições e a confiança em Instituições do Estado, muito embora algumas destas se revelem negativas e não coerentes ao longo dos vários atos eleitorais. Sugere-se que esta análise seja aprofundada em trabalhos futuros, quer por aumento da dimensão da amostra, quer por reestruturação dos itens, ou ainda, por exemplo a validação do instrumento e a recolha de dados em dois concelhos distintos para estudos comparativos.

Efetivamente outras razões podem ser apontadas para a crise de representatividade política que os cidadãos vivem atualmente, como por exemplo os resultados obtidos no nosso estudo sobre a opinião dos inquiridos a cerca do sistema eleitoral em Portugal. Onde uma maioria bastante significativa responde que não concorda com o atual sistema eleitoral, não sentem que o seu voto tenha algum impacto nas grandes decisões das políticas públicas, não se sentem devidamente representados e são a favor da alteração do sistema em vigor.

Em suma, podemos depreender que o alheamento dos cidadãos da vida política refletido num crescimento exponencial da abstenção eleitoral, continua a não ser uma preocupação para os nossos governantes, uma vez que estes não têm promovido o desenvolvimento de políticas públicas que facilitem um maior envolvimento dos cidadãos.

Concluimos assim que numa altura em que o prestígio dos políticos e dos partidos e a confiança nas suas propostas e programas nunca atingiu um nível tão baixo, são factos bem patentes e que se refletem no decréscimo acentuado da participação eleitoral. Torna-se, por isso, necessário e urgente que os políticos e governantes tenham a capacidade e vontade política para fomentar a busca de formas que incentivem a uma maior participação ativa dos indivíduos, no sentido de reduzir o distanciamento entre os governantes e os cidadãos.

Bibliografia

- Abramson, Paul R. 1983. *Political Attitudes in American*. San Francisco, CA: Freeman and Co.
- Almond, G.; Verba, S. (1989 [1963]). *The civic culture: political attitudes and democracy in five nations*. Princeton: Princeton University Press.
- Anderson, Christopher J. e Ward, Daniel S. 1996, "Barometer elections in comparative perspective", in *Electoral Studies*, 15, pp. 447-460.
- Barber, Benjamin. 1984. *Strong Democracy*. Berkeley, CA: University of California Press.
- Barreto, A. 2002. *Tempo de Incerteza*. Lisboa: Relógio d'Água Editores.
- Berelson, Bernard R., Paul F. Lazarsfeld e William N. McPhee. 1954. *Voting: A Study of Opinion Formation in a Presential Campaign*. Chicago, IL: University of Chicago Press.
- Blais, A. (2000). *To Vote or Not to Vote: the merits and limits of rational choice theory*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press.
- Blais, Andre e Agnieszka Dobrzyńska. 1998. "Turnout in Electoral Democracies." *European Journal of Political Research* 33 (2): 239-262.
- Blais, Andre e Kennech R. Carty. 1990. "Does Proportional Representation Foster Voter Turnout". *European Journal of Political Research* 18 (2): 167-181.
- Brug, Wouter Van Der, Eijk, Cees Van Der, e Marsh, Michel 2001. "Exploring uncharted territory: the Irish presidential elections 1997", in *British Journal of Political Science*, 30, pp. 631-650.
- Campbell, Angus, Philip Converse, Donald e Warren Miller. 1960. *The American Voter*. Chicago, IL: University Of Chicago Press.
- Carmines, Edward G. e Robert Huckfeldt. 1996. "Political Behavior: An Overview." In Robert E. Goodin e Hans-Dieter Klingemann (ed.), *A New Handbook of Political Science*. Oxford: Oxford University Press.
- Carruba, Cliff, Timpone e Richard J. 2005. "Explaining vote-switching across first-and second-order elections", in *Comparative Political Studies*, 38, pp. 260-281.
- Chagnollaud, Dominique. 1999. *Dicionário da Vida Política e Social*. Lisboa: Plátano Edições Técnicas.
- Conway, Margaret. 1991. *Political Participation in the United States*. Washington, DC: CQ Press.
- Corbetta, Piergiorgio e Arturo Parisi. 1987. "Il Calo Della Partecipazione Electtorale: Disaffezione Dalle Istituzioni o Crisi Dei Riferimenti Partitici?" *Polis* 1: 29-65.
- Corbetta, Piergiorgio e Arturo Parisi. 1994. *Smobilizzazione Partitica e Astensionismo Elettorale*. *Polis* 8: 423-443.

- Cox, Gary W. e Micheal C. Munger. 1989. "Closeness, Expenditures and Turnout in the 1982 US. House Elections." *American Political Science Review* 83: 217-223.
- Dahl, Robert A. 1989. *Democracy and Its Critics*. New Haven, CT: Yale University Press.
- Dahl, Robert A. 1998. *On Democracy*. New Haven, CT: Yale University Press.
- Dalton, Russel J. 1988. *Citizen Politics in Western Democracies: Public Opinion and Political Parties in the United States, Great Britain, Germany and France*. Nova Jérσία, NJ: Chantham House Publishers.
- Dalton, Russel J. 1996. *Citizens Politics: Public Opinion and Political Parties in Advanced Industrial Democracies*. Chatham, NY: Chatham House (2nd ed).
- Dalton, Russel J. e Martin P. Wattenberg. 1993. "The Not So Simple Act of Voting." In ed Ada W. Finifter, *Political Science: The State of the Discipline II*. Washington, DC: American Political Science Association.
- Dittrich, Karl e Lais Johansen. 1983. "Voting Turnout in Europe 1945-1978: Myths and Realities." In H. Daadler & P. Mair (eds), *Western European Party Systems*. London: Sage.
- Downs, Anthony. 1957. *An Economic Theory of Democracy*. New York, NY: Harper Collins Publishers.
- Egmond, Marcel Van, Nan Dirk De Graaf e Cees Van Der Eijk. 1998. "Electoral Participation in the Netherlands: Individual and Contextual Influences." *European Journal of Political Research* 34: 281- 300.
- Eijk, Cees Van Der e Franklin, Mark 1996 (eds). *Choosing Europe? The European Electorate in the Face of Unification*, Ann Arbor, University of Michigan Press.
- Eijk, Cees Van Der; Franklin, Mark, e Marsh, Michel 1996. «What voters teach us about Europe-wide elections: what Europe-wide elections teach us about voters», in *Electoral Studies*, 15, pp. 149-166.
- Fernandes, António Teixeira 2004. "Democracia, Descentralização e Cidadania", in *Democracia, Novos Desafios e Novos Horizontes*. Oeiras. Celta Editores.
- Fortes, Braulio e Magalhães, Pedro 2005. As eleições presidenciais em sistemas semipresidenciais: participação eleitoral e punição dos governos. *Análise Social* [online]. 2005, n.177, pp. 891-922. ISSN 0003-2573.
- Franklin, M. 2004. *Voter Turnout and the dynamics of electoral competition in established democracies since 1945*. NY: Cambridge University Press.
- Freire A. e Magalhães P. 2002. *A Abstenção Eleitoral em Portugal*. Lisboa, ICS.
- Freire, André e Viegas, José Manuel Leite (coord.) "Inquérito à População Portuguesa – Base de Dados, 2008", in Freire, André, Viegas, José Manuel Leite e Seiceira, Filipa (org.) (2009), *Representação Política em Portugal – Inquéritos e Bases de Dados*, Lisboa, Sextante.
- Freire, André 2004. «Second-order elections and electoral cycles in democratic Portugal», in *South European Society & Politics*, 9, pp. 54-79.

Freire, André 2005, "The Party System of Portugal", em Melanie Haas, Oskar Niedermayer, Richard Stoss (orgs.), *Die Parteien-systema Westereuropa*, Wiesbaden, V.S.

Freire, André 2000. "Participação e abstenção em Eleições Legislativas, 1975-1995", *Revista Análise Social* 35, 154: 115 - 146.

Freire, André 2001a. Modelos do Comportamento Eleitoral: *Uma Breve Introdução Crítica*. Oeiras, Celta.

Freire, André 2001b. Mudança Eleitoral em Portugal Continental, 1983-1999: *Clivagens, Economia e Voto nas Eleições Legislativas*. Oeiras, Celta.

Freire, André; Lobo, Mariana C.; e Magalhães, Pedro 2007. *Eleições e Cultura Política: Portugal no context europeu*. Lisboa: ICS. Imprensa de Ciências Sociais. Haven, Yale University Press.

Howe, P. 2006. *Political Knowledge and Electoral Participation in the Netherlands: Comparisons with the Canadian Case*. *International Political Science Review*, 27(2), pp.137-166.

Huntington, S.P. 1975. *The Crisis of Democracy*. Nova Iorque. New York University Press.

Jackman, Robert W. e Ross A. Miller. 1995. "Voter Turnout in the Industrial Democracies During the 1980s." *Comparative Political Studies* 27 (4): 467-492.

Jeffery, Charlie, e Hough, Daniel 2001. "The electoral cycle and multi-level voting in Germany", in *German Politics*, 10 , pp. 73-98.

Lane, Jan-Erik e Svante Ersson. 1990. "Macro and Micro Understanding in Political Science: What Explains Electoral Participation?" *European Journal of Political Research* 18: 457-465.

Lau, R. (1985). *Two explanations for negative effects in political behavior*. *American Journal of Political Science*, 29:1, pp. 119-138.

Lazarsfeld, Paul, Bernard Berelson e Hazel Gaudet. 1944. *The People's Choice*. New York, NY: Columbia University Press.

Le Duc, Lawrence, Rixchard G. Niemi e Pippa Morris. 1996. *Comparing Democracies: Elections and Voting in Global Perspective*. Thousand Oaks, CA: Sage.

Lijphart, A. 1997. "Unequal Participation: Democracy's Unresolved Dilemma." *American Political Science Review*, 91:1, 1-14.

Lipset, Seymour M. 1969. *Political Man*. London: Heinemann.

Lipset, Seymour M. e Stein Rokkan. 1967. *Party Systems and Voter Alignments*. New York, NY: Free Press.

Lively, Jack. 1975. *Democracy*. Oxford: Basil Blackwell.

Magalhães, Pedro. 2005. Eleições, Partidos e Instituições Políticas no Portugal Democrático. In Pinto, António Costa (Eds.), *Portugal Contemporâneo* (pp. 173-192). Lisboa: D. Quixote.

- Magalhães, Pedro. 2001. Desigualdade, desinteresse e desconfiança: a abstenção nas eleições legislativas de 1999. *Análise Social*, Vol. XXXV, nº 157: 1079-1093.
- Mayer, Nonna e Pascal Perrineau. 1992. *Les Comportements Politiques*. Paris: Armand Colin.
- Milbrath, Lester W. e Madan L. Goel. 1977. *Political Participation: How and Why do People Get Involved in Politics*. Lanham, MD: University Press of America.
- Milnor, Andrew J. 1969. *Comparative Political Participation*. New York, NY: Crowell.
- Montalvo, António Rebordão. 2003. *Tendências e perspectivas do novo modelo de gestão pública municipal*. In *Ética e Administração – Como Modernizar os Serviços Públicos?* Oeiras: Celta Editora.
- Morris-Jones, Wyndraeth Humphreys. 1954. "In Defence of Apathy: Some Doubts on the Duty to Vote." *Political Studies* 2 (2): 25-37.
- Muller, D. (2003). *Public Choice III*. Cambridge: University Press.
- Perea, Eva A. 2002. "Individual Characteristics, Institutional Incentives and Electoral Abstention in Western Europe". *European Journal of Political Research* 41: 643-673.
- Plutzer, E. 2002. *Becoming a Habitual Voter: Inertia, Resources, and Growth in Young Adulthood*. *American Political Science Review*, 96:1, pp. 41-56.
- Powell, G. Bingham. 1982. *Contemporary Democracies: Participation, Stability and Violence*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Powell, G. Bingham. 1986. "American Voter Turnout in Comparative Perspectives." *American Political Science Review* 80: 17-43.
- Putnam, R. 1993. *Making Democracy Work*. Princeton: Princeton University Press.
- Putnam, Robert. 2002. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. 3.ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV.
- Radcliff, B. 1996. *Turnout and the Economy: A comparative analysis*. *Comparative Political Studies*, 29:6, pp. 718-723.
- Ranney, Austin. 1983. "Nonvoting is Not a Social Disease." *Public Opinion* 6 (Oct.-Nov.): 16-19.
- Reif, Karlheinz e Hermann Schmitt. 1980. "Nine Second-Order National Elections: A Conceptual Frame-Work for the Analysis of European Elections Results." *European Journal of Political Research* 8: 3-44.
- Rokkan, Stein. 1962. "The Comparative Study of Political Participation: Notes Toward a Perspective on Current Research." In A. Ranney (ed.), *Essays on the Behavioral Study of Politics*. Urbana, IL: University of Illinois Press.
- Rosenstone, S. 1982. *Economic Adversity and Voter Turnout*. *American Journal of Political Science*, 26:1, pp. 25-46.
- Rosenstone, Steven J. e John M. Hasen. 1993. *Mobilization, Participation and Democracy in America*. New York, NY: Macmillan.

Santos, Simone M. 2006. *Política de e-Government e Participação Política nos Municípios Portugueses*. (Dissertação para a obtenção de Grau de Mestre em Administração Pública). Braga: Universidade do Minho.

Sartori, Giovanni. 1962. *Democratic Theory*. Westport, CT: Greenwood Press.

Schmitt, Hermann 2005. "As eleições para o Parlamento Europeu de 2004: ainda de Segunda Ordem", in *Análise Social*, vol. XL n.º 177.

Sousa, A. B. 2005. *Investigação em Educação*, Lisboa: Livros Horizonte.

Thomassen, Jacques. 1994. "Introduction: The Intellectual History of Election Studies." *European Journal of Political Research* 25: 239-246.

Verba Sidney, Kay Schlozman, Henry Brady e Norman Nie. 1993. "Citizen Activity: Who Participates? What do They Say?" *American Political Science Review* 87: 303-318.

Verba Sidney, Norman H. Nie e Jae-On Kim. 1978. *Participation and Political Equality: A Cross-National Comparison*. Cambridge: Cambridge University Press.

Verba Sidney, Norman H. Nie. 1972. *Participation in American: Political Democracy and Social Equality*. New York, NY: Harper & Row.

Verba, Sidney. Kay Lehman Schlozman e Henry E. Brady. (1995). *Voice and Equality. Civic Voluntarism in American Politics*, Cambridge, Harvard University Press.

Viegas, José Manuel Leite. 2004. "Problemas e Perspetivas de Mudança das Democracias", in *Democracia, Novos Desafios e Novos Horizontes*, Oeiras, celta Editores,

Viegas, J. e S. Faria. 2004. "A Abstenção nas Eleições Legislativas de 2002," in *Portugal a Votos: As eleições Legislativas de 2002*. A. Freire, Lobo M. e P. Magalhães, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais. 221-259.

Wildwsky, A. (1992). *Representative vs Direct Democracy: Excessive Initiatives, too Little Respect for Politics and Politicians*, The Responsive Community, Vol. 2.

Wolfinger, Raymon e Steven Rosenstone. 1980. *Who Votes?* New Haven, CT: Yale University Press.

Legislação

Constituição da República Portuguesa, de 2 de Abril de 1976 e sucessivas alterações.

Lei nº 22/2012, de 30 de Maio.

Lei nº 13/99, de 22 de Março

Sites

www.ine.pt

www.dgai.pt

www.anmp.pt

Anexos

Anexo I



UNIVERSIDADE DO MINHO

Escola de Economia e Gestão

- QUESTIONÁRIO -

Este questionário é realizado no âmbito do Mestrado em Administração Pública – Área de Gestão Pública, tem carácter confidencial e anónimo e enquadra-se num estudo de participação política, nomeadamente o fenómeno da abstenção eleitoral.

Por conseguinte, a sua opinião é fundamental para que se possam identificar novas formas e condições que permitam uma maior participação dos eleitores em atos eleitorais futuros.

Não há respostas certas ou erradas relativamente a qualquer dos itens, pretendendo-se apenas a sua opinião sincera.

***A sua colaboração é fundamental.
Obrigada.***

Das opções de resposta que lhe são apresentados, responda por favor às questões seguintes, colocando um X na que considera mais adequada.

GRUPO I

Q1.Sexo	Masculino	
	Feminino	
Q2.Qual a sua Idade?	18 – 25 Anos	
	26– 45Anos	
	46 – 65Anos	
	Mais de 65 Anos	
Q3.Qual o seu Estado Civil?	Solteiro	
	Casado /União de Facto	
	Viúvo	
	Outro	
Q4.Qual o seu Grau de Escolaridade?	Nenhum	
	1º Ciclo do Ensino Básico	
	2º Ciclo do Ensino Básico	
	3º Ciclo do Ensino Básico	
	Ensino Secundário	
	Ensino Superior	

GRUPO II

Q5.Qual a sua situação profissional?	Empregado	
	Desempregado	
	Aposentado	
	Outra	

Q6.Qual o rendimento mensal líquido da sua família?	Inferior a 500,00 Euros	
	De 501 a 1.000 Euros	
	De 1.001 a 2.000 Euros	
	Superior a 2001 Euros	

GRUPO III

Q7.Qual a sua posição religiosa?	Agnóstico ou Atéu	
	Crente praticante	
	Crente não praticante	
Q8.Se é praticante, com que frequência participa habitualmente nos actos de culto da sua religião?	2 a 3 vezes por semana	
	1 a 2 vezes por semana	
	2 vezes por mês	
	1 vez por mês	

Q9.É sócio ou faz parte de algum grupo associativo?	Sim	
	Não	
Q10.Se sim, qual o tipo de Associação?	Cultural e Recreativa	
	Desportiva	
	IPSS	
	Sindical	
	Outra	

GRUPO IV

Q11.Em relação aos partidos políticos portugueses, diga-nos se tem ou não simpatia por algum.	Nenhum	
	Tem simpatia	

Q12.Qual é o seu interesse pela política?	Nenhum	
	Pouco	
	Bastante	
	Muito	

GRUPO V

Qual a importância que atribui a cada uma das eleições seguintes? Responda por favor colocando uma X na sua opção.				
	Muita	Alguma	Pouca	Nenhuma
Q13.Eleições Legislativas				
Q14.Eleições Autárquicas				

Em relação à confiança nas instituições qual o seu grau de confiança nas seguintes? Responda por favor colocando uma X na sua opção.				
	Muita	Alguma	Pouca	Nenhuma
Q15.Câmara Municipal				
Q16.Governo				
Q17.Assembleia da República				
Q18.Presidente da República				
Q19.Supremo Tribunal de Justiça				
Q20.Tribunal Constitucional				
Q21.Procurador-Geral da República				

Relativamente às Eleições Legislativas e Autárquicas, responda por favor às seguintes perguntas, colocando uma X na sua opção.				
Q22.Votou nas Últimas Eleições Legislativas de 2009?	Sim		Não	
Q23.Se houvesse Eleições Legislativas antecipadas votava?	Sim		Não	
Q24.Votou nas Últimas Eleições Autárquicas de 2009?	Sim		Não	
Q25.Nas próximas Eleições Autárquicas tem intenção de votar?	Sim		Não	

Em relação às eleições autárquicas, responda por favor qual a razão (ou razões) que decidem a sua opção de voto, colocando uma X na sua opção.	
Q26.Partido Político (questões ideológicas)	
Q27.Mediatismo do candidato (personalidade)	
Q28.Obra realizada pelo autarca no poder	
Q29.Conhecimento pessoal do autarca (proximidade pessoal)	
Q30.Outra razão	

Quanto ao sistema eleitoral em Portugal nas eleições legislativas e autárquicas, responda por favor às seguintes perguntas, colocando uma X na sua opção.				
Q31.Concorda com o atual sistema eleitoral de representação proporcional das eleições legislativas e autárquicas?	Sim		Não	
Q32.Sente que o seu voto no sistema atual tem algum impacto nas grandes decisões das políticas publicas?	Sim		Não	
Q33.Sente-se devidamente representado no atual sistema?	Sim		Não	
Q34.É a favor de alterar o atual sistema eleitoral, de forma a que os eleitores sintam uma maior representatividade?	Sim		Não	

Muito Obrigada pela sua Colaboração.